



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO
SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

MAIO

2011

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 15

FECHAMENTO: 14/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 17/04/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 240/221

SUMÁRIO

ATOS DO JUDICIÁRIO 239

- ✓ **STF:** Petição – Indicação do CPF e CNPJ
Obrigatoriedade
- ✓ **TST:** SBDI-1 – Orientação Jurisprudencial Transitória 60
Republicação

ATOS DO LEGISLATIVO 239

- ✓ Contribuição previdenciária – Microempreendedor individual – Alteração da Lei 8.212/91
- ✓ Franquia postal – Regularização das contratações
Alteração da Lei 11.668/2008

DOCTRINAS 238

- ✓ A Súmula Vinculante e a Lei nº 11.417/2006
Rodolfo Kronenberg Hartmann
- ✓ Críticas excessivas contra a operação Satiagraha
Francisco César Pinheiro Rodrigues

ESTUDO DE CASOS 228

- ✓ Envio de recurso por *e-mail* – Ausência de assinatura do subscritor – Petição apócrifa
- ✓ Execução – Desconsideração da personalidade jurídica da empresa – Caracterização

NOTICIÁRIO 223

- ✓ **Destaques**
 - **Embalagens:** Supremo entende pela incidência do ICMS na fabricação
 - **Imóvel na planta:** comprador precisa conhecer prazos e garantias
 - **Oitiva:** reconhecido cerceamento de defesa por dispensa de testemunha

– **RMI:** direito à revisão do benefício depende da data da concessão

– **Serviços:** CNJ flexibiliza horário em locais com poucos servidores

– **Sucumbência:** advogado de sociedade de economia mista faz jus ao valor

– **Treinamento:** preparo do funcionário faz parte do contrato de trabalho

✓ **Projetos de lei**

– Alteração de Estatuto da Advocacia e da OAB

– Arremate de bem penhorado por preço inferior ao da avaliação

– Criminalização de atentado contra prédio público

– Divulgação obrigatória de valor arrecadado com multas

– Exibição do preço dos produtos por unidade de medida

– Indenização por abandono afetivo

– Indicação com tinta fosforescente na saída de emergência de ônibus

– Obrigatoriedade do INSS em informar resultado de perícia

– Vedação de membros do Legislativo no Executivo

✓ **Concursos****SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL 221**

– Pesquisa de 8-4 a 14-4-2011



ERRATA

INFORMAMOS QUE O SUMÁRIO DO FASCÍCULO SEMANAL
 “JURISPRUDÊNCIA” IMPRESSO NA EDIÇÃO 15
DEVE SER DESCONSIDERADO.

SOLICITAMOS QUE CONSIDEREM O SUMÁRIO
 ABAIXO, COM A PAGINAÇÃO CORRETA:

FASCÍCULO SEMANAL Nº 15

FECHAMENTO: 15/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 17/04/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 240/225

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 239	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	página 230
CIVIL E COMERCIAL	página 236	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 228
PENAL E PROCESSO.....	página 233	TRIBUTÁRIO	página 226

PEDIMOS DESCULPAS PELO TRANSTORNO
 E AGRADECEMOS A ATENÇÃO.

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 16

FECHAMENTO: 19/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 24/04/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 256/241

SUMÁRIO

ATOS DO JUDICIÁRIO	255	– Idoso: uso da lei em planos de saúde será analisado como Repercussão Geral
✓ CJF: Código de Conduta – Primeiro e segundo grau Criação		– Litigância de má-fé: TST mantém multa de R\$ 1,5 milhão
ATOS INSTITUCIONAIS	255	– Penhora: cobrança deve ser a menos gravosa ao devedor
✓ Anvisa: Antimicrobianos – Alteração da Resolução 44/2010		– Repercussão Geral: igualdade entre terceirizados e servidores da CEF
✓ CSMPM: Prazo prescricional – Controle		– Salário: Adin contra fixação de valor por decreto será julgada no mérito
DOUTRINAS	254	– Saúde: amicus curiae em ação sobre fumo nos ambientes coletivos
✓ A novela do bafômetro <i>Roger Spode Brutti</i>		– Uniformização de jurisprudência: TJ-SP aprova novas súmulas
✓ Ex-empregado tem plano subsidiado por empresa <i>Augusto Simões Cunha</i>		✓ Projetos de lei
✓ Nulidade de lançamento: erro na identificação do sujeito passivo <i>Luiz Cláudio Barreto Silva</i>		– Compulsoriedade na notificação de violência doméstica
ESTUDOS DE CASO	250	– Definição do conceito de pagamento à vista
✓ Honorários advocatícios – Extinção do feito sem resolução do mérito – Princípio da causalidade		– Obrigação das seguradoras em especificar agravantes de riscos
✓ Promessa de emprego – Empresas de <i>headhunters</i>		– Proibição na demissão de testemunha em causa trabalhista
NOTICIÁRIO	244	– Redução da carga tributária de microempreendedor individual
✓ Destaques		CONCURSOS
– Capacitação: criada escola de juízes da América Latina		242
		SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL
		241
		– Pesquisa de 15-4 a 19-4-2011

JURISPRUDÊNCIA

FASCÍCULO SEMANAL Nº 16

FECHAMENTO: 20/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 24/04/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 256/241

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 255	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	página 246
CIVIL E COMERCIAL	página 252	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 244
PENAL E PROCESSO	página 249	TRIBUTÁRIO	página 242

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

✓ Ação monitoria

O protesto não impugnado de duplicata sem aceite permite a propositura do procedimento monitorio, mas tal fato só por si não é suficiente para a procedência da ação.

✓ Ação possessória

É possível o ajuizamento de ação de interdito proibitório para afastar ameaças do exercício do direito de posse, mesmo quando a ameaça é feita pelo proprietário do imóvel.

CIVIL E COMERCIAL

✓ Falência

Na falência, a habilitação do crédito por honorários advocatícios equipara-se ao trabalhista-alimentar e deve ser habilitado na mesma categoria deste.

✓ Vizinhança

O direito de vizinhança não pode servir de palco a conflitos pessoais, eis que suas regras visam a harmonizar a vida em sociedade, aliando bem-estar ao direito de propriedade.

PENAL E PROCESSO

✓ Prisão temporária

Manter-se foragido durante toda a investigação criminal dá justificativa à manutenção da medida extrema, imprescindível para as investigações policiais.

✓ Violência doméstica e familiar

A Lei Maria da Penha não alterou a natureza da ação penal por crime de lesões corporais leves, que continua sendo pública condicionada à representação da vítima.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

✓ Adicional de insalubridade

Para a regular composição da causa de pedir do pedido de adicional de insalubridade, é suficiente a alegação sobre a inadequação do ambiente de trabalho.

✓ Contribuição assistencial

Admissível o desconto das contribuições assistenciais dos trabalhadores não associados ao sindicato, desde que lhes seja facultado o exercício do direito de oposição.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

✓ Pensão por morte

A pensão por morte deverá corresponder ao valor da respectiva remuneração do servidor falecido, respeitados os limites previstos na Constituição Federal.

✓ Trânsito

Somente em caso de ausência de notificação, haverá ilegalidade na emissão do documento de licenciamento, por não permitir o exercício da ampla defesa e do contraditório.

TRIBUTÁRIO

✓ Imposto de renda

O fundo de previdência privada é o responsável pela retenção do imposto de renda por ocasião da complementação de aposentadoria.

✓ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

O sujeito ativo do ICMS incidente sobre operações de importação de mercadorias é o Estado-membro em que localizado o destinatário jurídico do bem.

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 17

FECHAMENTO: 29/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 01/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 272/257

SUMÁRIO

ATOS DO JUDICIÁRIO 271

- ✓ **STJ:** Plantão judiciário – Procedimentos
- ✓ **TST:** Processo eletrônico – Comitê gestor – Criação

ATOS INSTITUCIONAIS 270

- ✓ **Anatel:** Telefonia fixa – Contratos de concessão
Alteração
- ✓ **Anatel:** Telefonia móvel – Alteração do Regulamento

DOCTRINAS 270

- ✓ Advocacia corporativa: reflexo do constante progresso do Poder Judiciário

Kathia Vianna

- ✓ A instituição do parto anônimo
André Pataro Myrrha de, Paula e Silva

- ✓ Contrato de arrendamento requer cuidado em dobro
Sabrina Maria Fadel Becue

ESTUDOS DE CASO 264

- ✓ Banco – Assalto dentro das dependências da agência
Responsabilidade civil
- ✓ Preposto – Desconhecimento dos fatos – Confissão ficta

NOTICIÁRIO 259✓ **Destaques**

- “10 votos a 1”: vaga de parlamentar pertence à suplente da coligação

– Contratos: 50 admissões e demissões de empregado geram unicidade contratual

– Decadência: prazo se interrompe com ação pauliana proposta pelo credor

– Impressão de jornais: chapa offset possui imunidade tributária

– Rede pública: ADI sobre piso nacional dos professores é improcedente

– Revalidação: negado reconhecimento automático de diploma estrangeiro

– Vida pregressa: exigência de certidão de antecedentes criminais gera condenação

✓ **Projetos de lei**

– Fim do direito a suspensão de processo na Lei Maria da Penha

– Isenção de ISS para a Fifa organizar a Copa

– Opção para microempresas escolherem datas de vencimento de contas

– Proibição da cobrança de 2ª via de conta de serviço público

– Prolongamento do seguro-desemprego por até 12 meses

– Regulamentação das *lan houses*

– Rejeição do texto que proíbe bebidas em embalagem de vidro nas boates

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL 257

- Pesquisa de 20-4 a 28-4-2011

JURISPRUDÊNCIA

FASCÍCULO SEMANAL Nº 17

FECHAMENTO: 28/04/2011 | EXPEDIÇÃO: 01/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 272/257

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 271	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	página 262
CIVIL E COMERCIAL	página 268	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 260
PENAL E PROCESSO	página 265	TRIBUTÁRIO	página 258

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

✓ Ação de cobrança

A pessoa jurídica por ter personalidade própria e distinta das pessoas físicas que a compõe, responde pelas obrigações que assume, e não os seus sócios.

✓ Honorários de advogado

A função exercida pelo advogado designado como curador é essencial à validade do processo, razão pela qual deve o Estado arcar com a respectiva remuneração.

CIVIL E COMERCIAL

✓ Contrato bancário

Ausente a contratação do percentual dos juros, estes devem incidir pela taxa média do mercado estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

✓ Corretagem

Quando as partes firmam, de algum modo, atos, com mediação da corretora, que geram obrigatoriedade de registro imobiliário, torna-se devida a comissão de corretagem.

PENAL E PROCESSO

✓ Corrupção de menor

Para a configuração do crime de corrupção do menor basta a prova de participação do inimputável em empreitada criminosa na companhia de agente maior de 18 anos.

✓ Estatuto do desarmamento

O delito de porte ilegal de arma é considerado como de perigo abstrato, não sendo obrigatória a existência de um resultado naturalístico para que haja sua consumação.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

✓ Adicional noturno

É inválida a cláusula coletiva estabelecendo a supressão do adicional noturno para as horas laboradas em horário noturno.

✓ Contribuição assistencial

Quando nas Convenções Coletivas há cláusula prevendo a possibilidade de direito de oposição do empregado para com o desconto, afasta-se a ilegalidade da parcela.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

✓ Desapropriação indireta

Para que fique caracterizada a desapropriação indireta, exige-se que o Estado assuma a posse efetiva de determinado bem, destinando-o à utilização pública.

✓ Magistratura

O magistrado faz jus à ajuda de custo, seja na remoção *ex officio*, seja na remoção a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público.

TRIBUTÁRIO

✓ Ação de repetição de indébito

A cobrança indevida do serviço público de esgoto enseja a repetição de indébito em dobro ao consumidor, independentemente da existência, ou não, da má-fé do prestador.

✓ Contribuição de intervenção no domínio econômico

As contribuições de intervenção no domínio econômico podem ser criadas por lei ordinária e não exigem vinculação direta entre o contribuinte e a aplicação dos recursos arrecadados.

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 18

FECHAMENTO: 05/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 08/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 292/273

SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO	291	NOTICIÁRIO	276
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cheque: Devolução e oposição ao pagamento Procedimentos 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Destaques – Dano: STJ analisará alegação de abalo por conduta de árbitro de futebol – Débito/Crédito: dívidas judiciais poderão ser pagas com cartões – Honorários advocatícios: pagamento está vinculado à assistência sindical – Insignificância: TSE afasta aplicação do princípio em crime eleitoral – Repercussão Geral: incidência de PIS e Cofins em atividades portuárias 	
ATOS DO JUDICIÁRIO	291	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos de lei – Ampliação do benefício concedido a micro e pequenas empresas – Atualização das multas por violação a repouso remunerado – Direito previdenciário requerido por idoso a qualquer tempo – Extensão do direito a licença a casais do mesmo sexo – Mudança de fuso horário do Acre e de parte do Amazonas – Prazo de 30 dias para inclusão de nome no SPC 	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ CNJ: Registro civil – Pessoas naturais – Emissão de certidões ✓ TST: Tabelas processuais unificadas – Grupo Gestor Nacional – Criação 		CONCURSOS	274
ATOS DO LEGISLATIVO	290	SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL	273
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Medidas cautelares – Prisão processual, fiança e liberdade provisória – Alteração do CPP 		<ul style="list-style-type: none"> – Pesquisa de 29-4 a 5-5-2011 	
ATOS INSTITUCIONAIS	289		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ ANS: Plano de saúde – Portabilidade de carências Novas regras 			
DOCTRINAS	289		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O divórcio e separação no Brasil após a EC 66 <i>Marianna Chaves</i> ✓ Uma eletrônica biométrica: avanço no sistema eleitoral <i>Lizete Andreis Sebben</i> 			
ESTUDOS DE CASO	281		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estelionato previdenciário – Tipificação – Contagem do prazo prescricional ✓ Revista Íntima – Violação aos princípios fundamentais Responsabilidade 			

JURISPRUDÊNCIA

FASCÍCULO SEMANAL Nº 18

FECHAMENTO: 06/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 08/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 288/273

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 287	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	página 278
CIVIL E COMERCIAL	página 284	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 276
PENAL E PROCESSO	página 281	TRIBUTÁRIO	página 274

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

✓ Cumprimento de sentença

O devedor que não satisfaz espontaneamente a condenação e insurge-se por meio de impugnação deverá arcar com os honorários advocatícios se nela restar vencido.

✓ Embargos de terceiro

É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda, ainda que desprovido de registro.

CIVIL E COMERCIAL

✓ Bem de família

Não descaracteriza automaticamente o instituto do bem de família a constatação de que o grupo familiar não reside no único imóvel de sua propriedade.

✓ Pessoa jurídica

Diferentemente das pessoas naturais, a pessoa jurídica, além dos fatos que poderiam causar dano moral, tem que provar que este efetivamente se concretizou.

PENAL E PROCESSO

✓ Apelação

A legitimidade do assistente de acusação para apelar, se inexistente recurso do Ministério Público, é ampla, podendo impugnar tanto a sentença absolutória como a condenatória.

✓ Execução penal

O cometimento de falta grave, durante a execução da pena privativa de liberdade, implica no recomeço da contagem do prazo para obtenção de benefícios executórios.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

✓ Adicional de transferência

O adicional de transferência possui natureza jurídica salarial e, por isso, gera reflexos nas demais verbas trabalhistas.

✓ Contrato de trabalho

O trabalho intelectual apto a garantir ao empregado direitos autorais e indenização por danos materiais por violação é aquele desvinculado do contrato de trabalho.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

✓ Pensão por morte

O fundo de direito concernente ao recebimento de pensão previdenciária *post mortem* de funcionário público estadual contribuinte do IPERJ é imprescritível

✓ Processo administrativo

A ausência de intimação do impetrante para a sessão de julgamento no processo administrativo importa em violação ao contraditório e à ampla defesa.

TRIBUTÁRIO

✓ Compensação

O provimento judicial limita-se a declarar o direito do contribuinte a realizar a compensação, sem que isso implique antecipação ou substituição do juízo administrativo.

✓ Imposto de renda

A lei não distingue, para efeitos de isenção, quais espécies de cegueira estariam beneficiadas ou se a patologia teria que comprometer toda a visão.

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

FECHAMENTO: 12/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 15/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 312/293

SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO	311	NOTICIÁRIO	296
✓ Arma de fogo – Entrega – Procedimentos e indenização		✓ Destaques	
ATOS DO JUDICIÁRIO	310	– Ausência de concurso: gestante perde indenização por estabilidade	
✓ TRF-2ª R: Agravo de instrumento – Trânsito em julgado		– Marcas semelhantes: condomínios podem coexistir de forma harmônica	
Destinação		– Relação homoafetiva: leis garantem status de união estável	
✓ TRF-2ª R: Repercussão Geral – Processos sobrestados		– Repercussão Geral: incidência de funções gratificadas entre 98 e 2001 é tema	
Procedimentos		– Repercussão Geral: reparação a militar anistiado é tema	
ATOS INSTITUCIONAIS	309	– Questão de ordem: pleito é inviável quando contrário a jurisprudência da TNU	
✓ ANS: Plano de saúde – Adaptação e migração		✓ Projetos de lei	
Contratos celebrados antes de 1999		– Agravante para crime cometido em escola ou hospital	
✓ ANVISA: Antimicrobianos – Uso sob prescrição, isoladas		– Ampliação da validade de créditos de celular para 360 dias	
ou em associação – Controle		– Incidência de ICMS sobre exportação de minérios	
DOCTRINAS	308	– Majoração da pena para homicídio culposo no trânsito	
✓ O Direito do Trabalho e o princípio da vedação ao		– Obrigatoriedade em optar por inscrição para concursos pela internet	
retrocesso		– Proibição de divulgação de técnicas de investigação policial à imprensa	
<i>Geraldo Magela Neto</i>		CONCURSOS	294
✓ PEC dos Recursos, a morosidade da justiça, o devido		SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL	293
processo legal e a ampla defesa		– Pesquisa de 29-4 a 5-5-2011	
<i>Clovis Brasil Pereira</i>			
ESTUDOS DE CASO	301		
✓ Execução fiscal – Penhora de caixa – Medida excepcional			
✓ Sentença de pronúncia – Excesso de linguagem – Limites			

JURISPRUDÊNCIA

FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

FECHAMENTO: 13/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 15/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 304/289

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 303	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	página 294
CIVIL E COMERCIAL	página 300	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 292
PENAL E PROCESSO	página 297	TRIBUTÁRIO	página 290

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

✓ Cumprimento de sentença

Tratando-se de execução definitiva, não é necessária a prestação de caução para levantamento da quantia depositada em juízo pelo executado.

✓ Execução de alimentos

A ação de execução de alimentos somente se extingue pela satisfação do crédito alimentar quando o devedor paga integralmente seu débito.

CIVIL E COMERCIAL

✓ Alienação fiduciária

Os agentes delegados dos serviços de registro de títulos e documentos somente realizarão notificações dentro dos limites territoriais das respectivas circunscrições.

✓ Cessão de crédito

Não há falar na exigibilidade da dívida perante o devedor pelo credor/cessionário, quando este, adquirindo o crédito por instrumento de cessão, não notificou aquele.

PENAL E PROCESSO

✓ Estelionato

Não se aplica o princípio da insignificância aos crimes lesivos ao erário, dentre os quais o estelionato no seguro-desemprego.

✓ Prisão cautelar

Cabe ao juiz distinguir a hipótese de fuga da de simples revelia, somente autorizando a medida extrema da prisão cautelar na primeira hipótese.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

✓ Crédito trabalhista

Apenas os dependentes reconhecidos pela Previdência Social é que possuem direito aos créditos trabalhistas deixados pelo *de cujus*.

✓ Garantia de emprego

A extinção do setor ou "frente de trabalho" na empresa tomadora do serviço, em face do término do contrato, não equivale à extinção do estabelecimento.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

✓ Concessão de serviço público

Resguardado o direito de o proprietário edificar no terreno de sua propriedade, impõe-se o impedimento à construção de acesso em faixa de domínio da rodovia.

✓ Mandado de segurança

A utilização do mandado de segurança, visando incorporação de vantagem pessoal aos vencimentos, é possível nas hipóteses de má interpretação da lei.

TRIBUTÁRIO

✓ Ação de repetição de indébito

É inadmissível fixar-se alíquotas graduais sobre os vencimentos, proventos ou pensões recebidos pelos servidores públicos estaduais.

✓ Imposto de renda

O IR incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial será retido na fonte pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento.

INFORMATIVO

FASCÍCULO SEMANAL Nº 20

FECHAMENTO: 19/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 22/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 332/313

SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO	331	
✓ Arma de fogo – Campanha do desarmamento		– Currículo: envio gera expectativa, mas não a certeza de emprego
Credenciamento dos órgãos de segurança		– Nova tentativa: relaxamento de prisão de Cesare Battisti é negado
✓ Cheque – Devolução e compensação – Novas regras		– Padronização: CNJ editará normas para registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior
ATOS DO LEGISLATIVO	330	– Sucumbência: valor de honorários depende da complexidade da causa
✓ Execução – Cálculos complexos – Nomeação de perito e fixação de honorários – Alteração da CLT		– Surdez: portador não consegue isenção do IR sobre aposentadoria
ATOS INSTITUCIONAIS	330	– Trágédia: empresa é responsável pela morte de empregado em serviço
✓ OAB: Exame de Ordem – Cursos preparatórios – Normas		✓ Projetos de lei
DOUTRINAS	329	– 15 dias de prazo para devolução de valores indevidos ao consumidor
✓ <i>Criminal compliance</i> sob a ótica do estudo do risco		– Cadastro positivo para diminuição de custos de créditos
<i>Eliza Bianchi</i>		– Mudanças no controle e fiscalização dos serviços de despachantes
✓ Diretrizes do pagamento de laudêmio na ocupação		– Obrigatoriedade de cardápio em braile nos restaurantes
<i>Fábio Cristiano Woerner Galle</i>		– Proibição de monitoramento de empregados por câmeras
✓ O art. 28 da Lei de Drogas no Projeto de Lei 111/2010 (pena de detenção ou tratamento)		– Renda mínima para autistas e deficientes
<i>Renato Marcão</i>		– Venda de energéticos apenas em farmácias
ESTUDOS DE CASO	320	CONCURSOS
✓ Diferença salarial – Salário pago “por fora” – Ônus da prova		313
✓ Expulsão – Existência de prole brasileira – Requisitos		SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL
NOTICIÁRIO	316	313
✓ Destaques		– Pesquisa de 13-5 a 19-5-2011
– Caixa de Pandora: CNMP decide pela demissão de Guerner e Bandarra		

JURISPRUDÊNCIA

FASCÍCULO SEMANAL Nº 20

FECHAMENTO: 20/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 22/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 320/305

SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL	página 319	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	página 310
CIVIL E COMERCIAL	página 316	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	página 308
PENAL E PROCESSO	página 313	TRIBUTÁRIO	página 306

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

✓ **Ação possessória**

O reconhecimento da usucapião alegada em defesa faz coisa julgada *inter partes*, não servindo a sentença como título para transcrição da propriedade no RGI.

✓ **Execução por título extrajudicial**

A suspensão da execução, que antes era a regra a partir de simples oposição de embargos à execução, passou a ser a exceção, dependendo de decisão específica do juiz.

CIVIL E COMERCIAL

✓ **Mútuo**

Não é dado aos particulares cobrarem juros remuneratórios em limite superior à taxa legal nos contratos de mútuo que vierem a celebrar.

✓ **Seguro de vida**

A seguradora não se livra do pagamento da indenização ao fundamento de que o segurado omitiu dados sobre seu estado de saúde, se ela não exigiu exames prévios.

PENAL E PROCESSO

✓ **Estelionato previdenciário**

Em face das particularidades do auxílio-reclusão, há renovação da fraude contra a autarquia a cada apresentação de falso documento que ateste a condição carcerária.

✓ **Violência doméstica e familiar**

Para propositura da ação penal pelo Ministério Público é necessária a representação da vítima de violência doméstica nos casos de lesões corporais leves.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

✓ **Execução de sentença**

Em que pese ter havido decretação de falência, se existir sócios responsabilizáveis pelo débito trabalhista, a Justiça do Trabalho deve prosseguir na execução.

✓ **Recurso**

O recurso de um litisconsorte a todos aproveita, mas isto não autoriza que um Réu interponha recurso contra a condenação do outro Réu.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

✓ **Concurso público**

O fato de o autor possuir moléstia indicada como incapacitante não significa, de forma absoluta, que tal alteração impeça o mesmo de exercer o cargo.

✓ **Pedágio**

O valor da tarifa cobrada como pedágio é fixado de acordo com a categoria do veículo, inexistindo discriminação baseada no número de eixos, exclusivamente.

TRIBUTÁRIO

✓ **Ação de repetição de indébito**

Não configura erro justificável a cobrança de tarifa de água e esgoto por serviço que não foi prestado pela concessionária de serviço público.

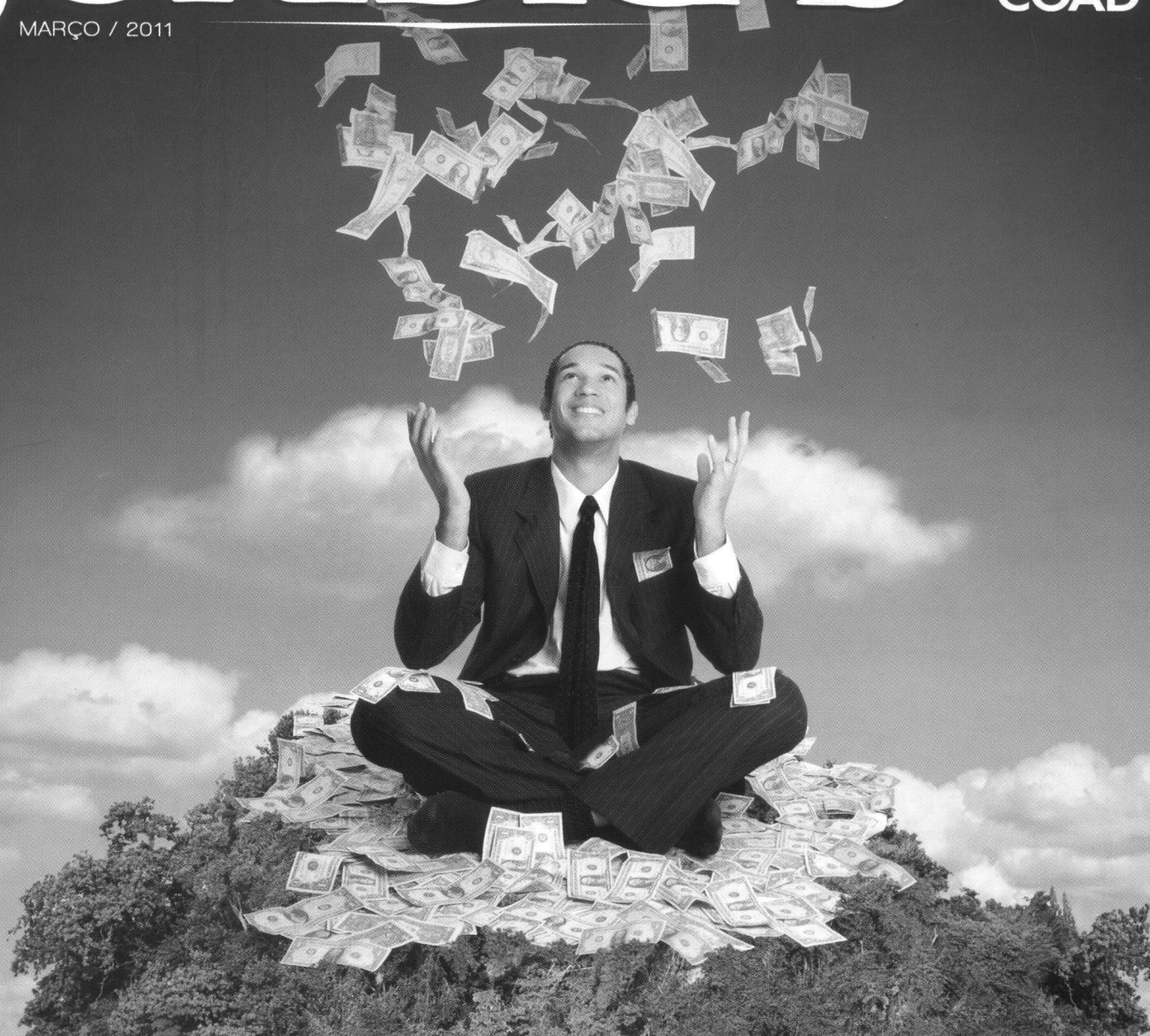
✓ **Execução fiscal**

Nas execuções fiscais já garantidas por penhora sobre dinheiro, não se admite a sua substituição, inclusive por fiança bancária, fazendo necessária a anuência do exequente.

SELEÇÕES JURÍDICAS

MARÇO / 2011

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA
COAD



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A QUESTÃO DA ELISÃO FISCAL TREATY SHOPPING

INTERPRETAÇÃO DA NORMA ANTELISIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

**EXECUÇÃO
PENAL**

IDEAL NORMATIVO E
REALIDADE PRÁTICA

**PERSUASÃO NA
ADVOCACIA**

COMPETÊNCIA RETÓRICA PARA
A CONQUISTA DO SUCESSO

**TRÁFICO
INTERNACIONAL**

ARMA DE FOGO OU MUNIÇÃO E
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

SUMÁRIO

MARÇO | 2011

SELEÇÕES
JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

Repositório Autorizado
de Jurisprudência

STF
Registro nº 39/2008
(DJE, 4/4/2008)

TST
Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17/10/2007)



DOCTRINAS

Execução penal: ideal normativo e realidade prática 03

Renato Marcão

Planejamento tributário e a questão da elisão fiscal: estudo sobre o *treaty shopping* à luz da norma geral antielisiva 09

Adriana Santana Vieira dos Santos

Relação entre as ações de improbidade administrativa e de execução de acórdão do tribunal de contas. Litispendência, conexão, continência ou perda superveniente do interesse jurídico-processual? 17

Luiz Gonzaga Pereira Neto



PANORAMA

GESTÃO DE CARREIRA E MARKETING JURÍDICO

A importância da persuasão na advocacia: Desenvolver sua competência retórica deve ser um dos principais objetivos do advogado que almeja o sucesso 23

Ari Lima

OPINIÃO

Precisamos de um novo Código de Processo Civil? 26

Loacir Gschwendtner



ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Empresas optantes do Simples Nacional 28
| Isenção de contribuições

Tráfico internacional de arma de fogo ou munição 38
| Princípio da insignificância

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Gratificação de função 42
| Exercício por mais de dez anos com interrupção

Isenção de pagamento de honorários periciais em sede de execução 43
| Possibilidade



**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**DOCTRINA – PARECERES – JURISPRUDÊNCIA
TRIBUNAIS DE CONTAS (DECISÕES E ORIENTAÇÕES)**

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVAS PARA TODO O BRASIL

EDITORA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DDG: 0800-775-7000 Tel.: (11) 3225-7000 Fax: (11) 3225-7001

E-mail: ndj@ndj.com.br Internet: www.ndj.com.br

R. Conselheiro Crispiniano, 344 4º andar
01037-908 São Paulo/SP

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O FORMATO JURÍDICO DA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA: A OPÇÃO DA MP Nº 520/10 POR MODELO EMPRESARIAL, SOB A PERSPECTIVA JURISPRUDENCIAL (Jessé Torres Pereira Junior)	529
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: UMA NECESSÁRIA SALVAGUARDA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DO PRINCÍPIO DA EFETIVA INTEGRAÇÃO SOCIAL (1ª PARTE) (Karinne Bentes Abreu Teixeira Rebouças e Raimundo Márcio Ribeiro Lima)	551
LIMITES CONSTITUCIONAIS DA TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS (1ª PARTE) (Antonio Carlos Alencar Carvalho)	570
QUESTÕES ATUAIS SOBRE O BENEFÍCIO DE AMPARO SOCIAL AO IDOSO (Marcos César Botelho)	580
TETO REMUNERATÓRIO – Possível Extrapolação por Servidores Públicos – Considerações sobre a Decisão de Aplicar o Inc. XI do Art. 37 da CF em Sede de Consulta (Tribunal de Contas da União)	591
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – Autarquia – Falta de Fornecimento Regular de Água – Tarifa Cobrada de Forma Indevida – Lei Autorizativa – Remissão – Prazo Prescricional – Considerações (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso)	612
MONITOR EDUCACIONAL – Vinculação ao RPPS – Aposentadoria nas Mesmas Condições de um Professor, em Conformidade com a Lei nº 11.301/06 – Possibilidade, desde que Exercida por Docente de Carreira (Tribunal de Contas do Estado do Paraná)	619

JURISPRUDÊNCIA

LEI ESTADUAL – Disposição sobre Escoamento de Sal Marinho – Limitação ao Comércio – Usurpação da Competência Privativa da União – Concessão Unilateral de Benefício Fiscal – Ausência de Convênio Interestadual – Inconstitucionalidade de Alguns Dispositivos – Nulidade, sem Redução de Texto, de Artigo da Legislação	623
SERVIDOR PÚBLICO – Demissão – Ato Infracional Comprometedor da Dignidade da Função Pública – Art. 117, Inc. IX, da Lei nº 8.112/90 – Processo Administrativo Disciplinar – Quebra do Sigilo – Prova Criminal Emprestada – Possibilidade – Comissão Processante – Regularidade – Ausência de Cerceamento de Defesa ou Qualquer Outra Ilegalidade	630
REGISTRO DE CANDIDATURA – Deferimento – Reprovação das Contas de Campanha Eleitoral – Inexistência de Óbice à Obtenção de Certidão de Quitação Eleitoral – Inteligência do Art. 11, § 7º, da Lei nº 9.504/97 – Exigência, Tão Somente, de Apresentação de Contas de Campanha	634
INDENIZAÇÃO – Perdas e Danos – Sementes Certificadas por Empresa Pública – Praga na Plantação – Perda da Safra e Inutilização dos Campos para Novo Cultivo – Omissão no Dever de Fiscalização	649
CERTIFICADO DE CONFORMIDADE – Produtos Importados – Prazo de Validade Vigente – Portaria do Inmetro Aprovando Novo Regulamento – Cancelamento dos Certificados Já Emitidos – Alegada Violação ao Princípio da Legalidade – Não Ocorrência – Avaliação, até Então Feita, que Não Atingia o Adequado Nível de Segurança Necessário	658

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL



IRIB 2010

Natal → RN

XXXVI

Encontro dos Oficiais
de Registro de
Imóveis do Brasil

*Temas relacionados à prática registral
dominaram a semana de palestras*



Instituto de Registro
Imobiliário do Brasil

ISSN 1677-437X

Boletim do IRIB em revista
edição 340



Capa:
www.shutterstock.com

Boletim do irib em revista

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Francisco José Rezende dos Santos (MG) – **Secretário Geral:** José Augusto Alves Pinto (PR) – **1ª Secretária:** Kenia Mara Felippetto Malta Valadares (ES) – **2ª Secretário:** Sérgio Busso (SP) – **Tesoureira Geral:** Wanda Maria Oliveira Penna Antunes da Cruz (SP) – **1º Tesoureiro:** Ari Álvares Pires Neto (MG) – **Diretor Social e de Eventos:** Jordan Fabrício Martins (SC) – **Diretor de Assistência aos Associados:** Antonio Carlos Carvalhas (SP) – **Diretora Legislativa:** Léa Emilia Braune Portugal (DF) – **Diretor de Assuntos Estratégicos:** Emanuel Costa Santos (SP) – **Diretor de Assuntos Internacionais:** Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza (RJ) – **Diretor de Assuntos Agrários:** Eduardo Agostinho Arruda Augusto (SP) – **Diretor de Tecnologia e Informática:** Flauzolino Araújo dos Santos (SP) – **Diretor Especial de Implantação: do Registro Eletrônico:** João Carlos Kloster (PR) – **Diretor de Publicidade, Divulgação e Mídia Digital:** Mária Pazutti Mezzari (RS) – **Diretor de Meio Ambiente:** Marcelo Augusto Santana de Melo (SP)

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ricardo Basto da Costa Coelho (PR)/*Presidente do Conselho Deliberativo* – Sérgio Toledo de Albuquerque (AL) – Stanley Queiroz Fortes (AM) – Expedito William de Araújo Assunção (CE) – Luiz Gustavo Leão Ribeiro (DF) – Etelvina Abreu do Valle Ribeiro (ES) – Clenon de Barros Loyola Filho (GO) – José Wilson Pires Sampaio (MA) – Roberto Dias de Andrade (MG) – Miguel Seba Neto (MS) – Haroldo Canavarros Serra (MT) – Cleomar Carneiro de Moura (PA) – Fernando Meira Trigueiro (PB) – Miriam de Holanda Vasconcelos (PE) – Maria Elizabeth Paiva e Silva Muller (PI) – Décio José de Lima Bueno (RO) – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento Filho (RJ) – Carlos Alberto da Silva Dantas (RN) – João Pedro Lamana Paiva (RS) /*Vice-presidente do Conselho* – Gleci Palma Ribeiro Melo (SC) – Maria do Carmo de Rezende Campos Couto (SP)

SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO:

Cícero Tadeu Ribeiro (AL) – Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso (DF) – Bruno Santolin Cipriano (ES) – Mauro Velasco da Silva (GO) – Ari Álvares Pires Neto (MG) – Renato Costa Alves (MS) – José de Arimatéia Barbosa (MT) – Kedma Faria Tavares (PA) – Paula Izique Victorelli (PR) – Marcelo Braune (RJ) – Julio Cesar Weschenfelder (RS) – Joélcio Escobar (SP)

MEMBROS NATOS DO CONSELHO DELIBERATIVO EX-PRESIDENTES DO IRIB:

Jether Sottano (SP) – Italo Conti Jr (PR) – Dimas Souto Pedrosa (PE) – Lincoln Bueno Alves (SP) – Sérgio Jacomino (SP) – Helvécio Duia Castello (ES)

COORDENADORIA EDITORIAL:

Luciano Lopes Passarelli – Marcelo Augusto Santana de Melo

CONSELHO EDITORIAL:

Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza – Frederico Henrique Viegas de Lima – Luiz Egon Richter – Marcelo Guimarães Rodrigues – Maria do Carmo Rezende Campos Couto – Mário Pazutti Mezzari – Rivaldo Machado de Arruda – Rodrigo Toscano de Brito

CONSELHO FISCAL:

Alex Canziani Silveira (PR) – Inah Álvares da Silva Campos (MG) – Pedro Jorge Guimarães Almeida (AL) – Rosa Maria Veloso de Castro (MG) – Rubens Pimentel Filho (ES)

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL:

Bruno Santolin Cipriano (ES) – Wolfgang Jorge Coelho (MG)

CONSELHO DE ÉTICA:

Ademar Fioranelli (SP) – Nicolau Balbino Filho (MG) – Oly Érico da Costa Fachin (RS)

SUPLENTE DO CONSELHO DE ÉTICA:

Geraldo Mendonça (RJ) – Paulo de Siqueira Campos (PE) – Mário Pazutti Mezzari (RS)

Sede: Av. Paulista, 1439 – 9º andar – Cj/94 – CEP 01311-200 – São Paulo – SP

Telefones/Fax: (0xx11) 3289 3340 / 3289 3599 / 3289 3321

Secretaria do IRIB: irib@irib.org.br **Homepage:** www.irib.org.br

Direitos de reprodução: As matérias aqui veiculadas podem ser reproduzidas mediante expressa autorização dos editores, com a indicação da fonte.

Presidente:

Francisco José Rezende dos Santos

Edição de Arte:

Jorge Zaiba

Editora e Jornalista Responsável:

Fátima Rodrigo
MTB 12.576

Impressão e Acabamento:

JS GRÁFICA

ERRATA: Na última edição do Boletim do Irib em revista constou o número 338 na lombada. O número correto é 339, como publicado na capa e no expediente da revista.

- 3 Presidente do IRIB fala da reorganização administrativa e financeira do IRIB
- 6 Problemas práticos sobre o registro da hipoteca
Valestan Milhomem da Costa
- 15 Problemas práticos sobre os registros de alienação fiduciária, hipoteca e cédulas
Melhim Namem Chalhub
- 21 Cédulas de crédito no Registro de Imóveis
Tiago Machado Burtet
- 35 Registro de regularização fundiária, parcelamento do solo, condomínio edilício e incorporação imobiliária – questões
Frederico Henrique Viegas de Lima
- 40 Registro de regularização fundiária, parcelamento do solo, condomínio edilício e incorporação imobiliária – questões
Marcelo Terra
- 46 Procedimentos práticos no registro das incorporações imobiliárias
Paulo Airton Albuquerque Filho
- 80 A função econômica do sistema registral imobiliário e o direito de empresa
Alexandre Cateb
- 85 A função econômica do sistema registral imobiliário e o direito de empresa
Paulo Henrique Pires
- 89 Previdência Social
Ulysses da Silva
- 98 Retificações consensuais no Registro Imobiliário
João Pedro Lamana Paiva
- 117 Georreferenciamento e retificações
João Pedro Lamana Paiva
- 121 Georreferenciamento e retificações – Debate
Julio César Weschenfelder
- 124 Tópicos de direito hereditário e o Registro de Imóveis
Mário Pazutti Mezzari
- 134 Tópicos de direito hereditário e o Registro de Imóveis – Debate
Jorge Luis Moran
- 136 Os limites da qualificação pelo registrador nos títulos e nas ordens judiciais
Marcelo Guimarães Rodrigues
- 143 Os limites da qualificação pelo registrador nos títulos e nas ordens judiciais
Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza
- 148 O registro eletrônico e a central de indisponibilidades
João Carlos Kloster
- 151 O registro eletrônico e a central de indisponibilidades
Flauzolino Araújo dos Santos
- 159 O registro eletrônico e a central de indisponibilidades
Francisco José Rezende dos Santos
- 162 O direito de família e o Registro de Imóveis – cláusulas restritivas (regime de bens) Emenda Constitucional 66 – Divórcio
Mário Pazutti Mezzari
- 170 Meio Ambiente (Reserva Legal)
Paulo Airton Albuquerque Filho
- 177 Meio Ambiente (Reserva Legal) – Debate
Osmar Mohr
- 178 Meio Ambiente (Reserva Legal)
Maria Aparecida Bianchin Pacheco

Direito Público

ANO VIII — Nº 38 — MAR-ABR 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 610/2009
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 3ª Região — Nº 17/2010
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 35/2008
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2009

DIRETORES

Elton José Donato
Dalide Correa

EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco (IDP/DF)

EDITORA-ADJUNTA

Ana Carolina Figueiró Longo (IDP/DF)

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz (PUC/MG), Ana Paula Barcellos (UFRJ/RJ), Daniel Sarmento (PUC/RJ),
Francisco Fernandes Segado (Universidade Complutense de Madrid/Espanha),
Gilmar Ferreira Mendes (IDP/DF), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho,
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS), Inocêncio Mártires Coelho (IDP/DF),
Joaquín Brage Camazano (Universidade Europeia de Madrid/Espanha),
Lauro Gama Jr. (UFRJ/RJ), Pierdomenico Logroscino (Università degli Studi di Bari/Itália)

CORPO ADMINISTRATIVO EDITORIAL

Aderruan Rodrigues Tavares, Bruno Degrazia Mohn, Fernanda Mendonça Figueiredo,
Janete Barros, José Carvalho, Marcos Cesar Santos Vasconcelos, Micaela Dominguez Dutra,
Pedro Izidro, Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso, Rodrigo Chaves de Freitas,
Sidraque Anacleto, Taísa Viana Anchieta, Tatiana do Couto Nunes

COMITÊ TÉCNICO

Edevaldo Siqueira Gaudencio

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alexandre Sankievicz, Carolina Reis Jatobá Coelho, Christine Oliveira Peter da Silva,
Marcos César Botelho, Orlando Vignolo Cueva, Osvaldo Ferreira de Carvalho,
Ruy Samuel Espíndola, Valerio de Oliveira Mazzuoli

Assunto Especial

CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À RESPOSTA

DOCTRINAS

1. Hermenêutica e Concretização Constitucional para a Eficácia das Normas de Direitos Fundamentais
Oswaldo Ferreira de Carvalho.....7
2. Quando É Devido o Direito de Resposta?
Alexandre Sankievicz 27

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ)..... 47
2. Ementário..... 59

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Mutação Constitucional: a Atuação da “Sociedade Aberta” Como Protagonista na Interpretação da Constituição Brasileira de 1988
Carolina Reis Jatobá Coêlho e Christine Oliveira Peter da Silva.....73
2. Alopoiese das Relações Familiares: a Influência do Código Econ mico e a Vulnerabilidade Social da Família
Marcos César Botelho 99

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 1  Região..... 117
2. Tribunal Regional Federal da 2  Região..... 122
3. Tribunal Regional Federal da 3  Região..... 126
4. Tribunal Regional Federal da 4  Região..... 137
5. Tribunal Regional Federal da 5  Região..... 144

EMENTÁRIO

1. Administrativo..... 150
2. Ambiental 154
3. Constitucional..... 155
4. Previdenciário..... 156
5. Processo Civil e Civil..... 159

6. Processo Penal e Penal.....	164
7. Trabalhista	172
8. Tributário	176

DOCTRINA ESTRANGEIRA

1. El Derecho a la Salud y Su Regulación en el Marco del Nuevo Sistema Sanitario de Aseguramiento Universal Orlando Vignolo Cueva	183
--	-----

Seção Especial

ESTUDOS JURÍDICOS

1. A Lei Ficha Limpa em Revista e os Empates no STF: Liberdades Políticas em Questão e o Dilema entre o Politicamente Correto e o Constitucionalmente Sustentável Ruy Samuel Espíndola	199
---	-----

TEORIAS E ESTUDOS CIENTÍFICOS

1. A Questão do Reconhecimento de Títulos de Mestrado e Doutorado Provenientes dos Países do Mercosul Valerio de Oliveira Mazzuoli	213
---	-----

Clipping Jurídico.....	230
------------------------	-----

Resenha Legislativa.....	235
--------------------------	-----

Bibliografia Complementar	242
---------------------------------	-----

Índice Alfabético e Remissivo	243
-------------------------------------	-----

Normas Editoriais para Envio de Artigos	248
---	-----

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Os Tribunais de Contas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável – Uma escuta à Administração Pública Municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar Angelo Luiz Buratto	7
Educação ambiental como garantia fundamental da cidade sustentável Antonio Souza Prudente	32
O regime jurídico europeu de intervenção administrativa nas atividades industriais e agrícolas de grande potencial poluidor como referencial de prevenção e proteção ambiental Fábio Ferreira Morong	34
Direito das Águas. Recursos hídricos. Conservação. Código das Águas. Agência Nacional de Águas Gina Copola	47
Síntese dos principais aspectos ambientais recorrentes no agronegócio brasileiro João Eduardo Lopes Queiroz	56
Manejo florestal sustentável – Uma perspectiva jurídica Marcos Weiss Bliacheris	87
Crime continuado e silencioso contra a biosfera Millos Augusto Stringuini, José Truda Palazzo Jr.	96

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Estabilidade de membro da CIPA Helena Mata Machado de Castro	101
Perda de mandato de membro suplente da CIPA Helena Mata Machado de Castro	103

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça Dano ambiental – Condenação – Art. 3º da Lei 7.347/85 – Cumulatividade – Possibilidade – Obrigação de fazer ou não fazer com indenização. Recurso Especial nº 1.115.555 - MG	105
Tribunal Regional Federal da 4ª Região Ação civil pública – Dano ambiental – Estação de tratamento de água Apelação Cível nº 0001201-38.2002.404.7201/SC	110
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios Ação civil pública – Extração mineral – Degradação ambiental – Prova pericial – Prescrição – Responsabilidade objetiva – Multa cominatória – Dano moral ambiental. Apelação Cível nº 20060110270804	119
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Crimes ambientais – Inconstitucionalidade inexistente – Floresta de preservação permanente – Elementar não caracterizada – Advento da Lei Estadual 18.043/09 – Retroatividade da lei mais benéfica – Unidade de Conservação de Uso Sustentável – Corte de madeira de lei – Efetiva lesão ao bem jurídico tutelado pela norma Apelação Criminal nº 1.0411.07.035595-2/001	122

Ementário

Ação civil pública	131
Ação popular	132
Aterro sanitário	132
Constitucional	132
Crime ambiental	132
Dano ambiental	133
Infração ambiental	134
Licenciamento	135
Poluição ambiental	136
Processual civil e civil	137
Reserva legal	138
Tombamento	138

Tendências Jurisprudenciais

Infração ambiental.....	139
Projeto urbanístico.....	139
Resíduos sólidos	139

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação

Decreto nº 7.452, de 15 de março de 2011 (DOU 16.03.2011).....	141
--	-----

ÍNDICE	143
---------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	147
---	-----

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

- Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)
Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)
Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)
Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS)
Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)
Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)
Profa. Cristiana Fortini (UFMG, IMDA)
Prof. Fabrício Motta (UFG)
Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)
Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)
Prof. Heleno Taveira Tórres (USP)
Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)
Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)
Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)
Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)
Ministro José Augusto Delgado (UniCEUB)
Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)
Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)
Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)
Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)
Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)
Prof. Paulo Bonavides (UFC)
Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)
Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)
Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)
Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)
Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)

Editorial	11
------------------------	----

DOCTRINA

Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

O conceito de normas gerais no direito constitucional brasileiro Celso Antônio Bandeira de Mello	15
--	----

A responsabilidade subsidiária da Administração Pública por débitos trabalhistas do contratado: a legalidade frente ao ideal de justiça Rita Tourinho	21
---	----

A tensão entre os baldios e os antibaldios: uma análise econômica da propriedade intelectual voltada ao desenvolvimento Marcia Carla Pereira Ribeiro, Eduardo Oliveira Agostinho	43
--	----

Controle judicial em provas de concursos públicos Manoel Cavalcante de Lima Neto	71
--	----

Plano e orçamento no ordenamento jurídico português Rodrigo Oliveira de Faria	85
---	----

A confissão de culpa como requisito para celebração de termo de compromisso de cessação de prática em casos de cartel Renata Dantas	99
---	----

Seção de Direito Tributário

A cobrança de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho: aspectos polêmicos de Direito Tributário José Marcos Domingues	135
--	-----

Ainda o estorno de créditos de ICMS e a redução de base de cálculo Rafael Mallmann, Gustavo Nygaard	149
---	-----

Seção de Direito Municipal

Direito de vizinhança: condicionamentos públicos e privados Mariana Mencio	167
--	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

A necessidade de responsabilização rigorosa do gestor de recursos públicos pela violação dos princípios norteadores da Administração Pública Marco Aurélio Souza da Silva	209
---	-----

Controles da Administração Pública e a efetividade dos direitos fundamentais: breves anotações sobre a atuação dos Tribunais de Contas e do controle judicial da discricionariedade administrativa

Daniela Zago Gonçalves da Cunda, Liane Tabarelli Zavascki223

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADIn – Lei Estadual nº 12.983/2005 de Pernambuco – Violação aos arts. 5º, X; 21, XI; e, 22, I e IV – Afronta por instituir controle de comercialização e de habilitação de aparelhos usados de telefonia móvel.

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.846/PE263

Superior Tribunal de Justiça

Execução fiscal – Exceção de pré-executividade – Causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário – Liminar em mandado de segurança – Lançamento – Ausência de óbice – Decadência

Recurso Especial nº 1.129.450 – SP273

Superior Tribunal de Justiça

Provedimento de cargo público – Competência constitucional privativa do Governador – Ilegitimidade passiva do Secretário de Estado – Inviabilidade de “encampação” de competência superior por autoridade hierarquicamente inferior. Recurso Especial nº 1.203.498 – SP

.....279

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ação civil pública – Improbidade administrativa – Servidor terceirizado – Utilização indevida de computadores – Instalação de *softwares* para a obtenção clandestina de senhas sem autorização – Pouca lesividade da conduta – Multa – Aplicação isolada – Possibilidade. Apelação Cível nº 2004.34.00.026150-1/DF

.....287

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Remoção a pedido – Primeira investidura – Enfermidade de dependente – Falta de prova por junta médica oficial – Existência de outras provas de mesma confiabilidade – Proteção da família sobre o interesse da Administração

Ação Rescisória nº 2010.02.01.010673-0293

Ementário297

Índice alfabético-remissivo325

Instruções para os autores331

COELHO DA PAZ * CARLOS GUILHERME DE M. PENAFIEL * CARLOS LAMARCA * CARLOS LICHTISZTEJN * CECÍLIA VIEIRA FERNANDES * CE
ARROS LOYOLA * CRISTINA MARIA BUARQUE * DANIEL AARÃO REIS FILHO * DARCI GIL DE OLIVEIRA BOSCHIERO * DARCY RODRIGUES
UCENA * DENIZE FONTELLA GOULART * DENIZE PERES CRISPIM * DEUSDANTE FERREIRA DE FREITAS * DIMAS FLORIANI * DINALVA OLIVE
TINS * EDSON MENEZES DA SILVA * EDUARDA CRISPIM LEITE * EDUARDO DIAS CAMPOS SOBRINHO * ELIA MENEZES ROLA * ELIANA BE
GABRIEL DE PIERI * ELIZABETH TEIXEIRA * ELZA MONNERAT * EMÍLIO RUBENS CHASSEREUX * EPAMINONDAS JACOME RODRIGUES * ES
AUGUSTO DE ATHAYDE * FLÁVIO KOUTZII * FRANCISCO DE ASSIS LEMOS * FRANCISCO DERLI * FRANCISCO MARTINELLI * FRANCISCO
N MORRIS * FREI FERNANDO * FREI JOÃO * GEORGE DE BARROS CABRAL * GERMANA CORREA LIMA * GILDO SCALCO * GILNEY A

ALTON PEREIRA DA SILVA * HELDER SUAREZ BEDENDO *
HONESTINO GUIMARÃES * HORÁCIO MARTINS DE
MPIO * ILTO VIEIRA * INÁ MEIRELES DE SOUZA * INES
SOUZA ALVES * IVAN SEIXAS * IZABEL MARQUES
VEID * JEOVÁ FERREIRA * JESUS PAREDES SOTO *
* JOÃO ARTHUR VIEIRA * JOÃO BATISTA FRANCO
GRABOIS * JOÃO CHILE * JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA *
NTELLA GOULART * JOELSON CRISPIM * JOILSON
A DE ARAUJO * JOSAIL GABRIEL DE SALES * JOSÉ

OSO FILHO * JOSÉ CARLOS NOVAIS DA MATTA MACHADO * JOSÉ CELSO MARTINEZ * JOSÉ DALTRO DA SILVA * JOSÉ MACHADO * JOSÉ
GÉRIO LICKS * JOSÉ SERRA * JOSÉ TADEU CARNEIRO CUNHA * JOSÉ VELOSO * JÚLIO PRATA * JURACI MENDES DE OLIVEIRA * JURANDI
S JUNQUEIRA FILHO * LENIRA MARIA DE CARVALHO * LEONEL BRIZOLA * LETA VIEIRA DE SOUZA * LINCOLN RAMOS VIANA * LUIS CAR
SCARENHAS * LUIZ GONZAGA TRAVASSOS DA ROSA * MAGNÓLIA DE FIGUEIREDO CAVALCANTI * MANOEL CYRILLO DE OLIVEIRA NETTO *
URLE DE AGUIAR * MARIA ALICE ALBUQUERQUE SABOYA * MARIA DALCE RICAS * MARIA DAS DORES DA SILVA * MARIA DE FÁTIMA MEN
ALHÃES * MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO * MARIA FAUSTINO DE ALMEIDA AMARAL * MARIA IGNES DA COSTA D. E. BASTOS * MAR
IA TERESA GOULART * MARIJANE VIEIRA LISBOA * MARIÁLIA DE CARVALHO GUIMARÃES * MARINA VIEIRA * MARIO COVAS * MÁRIO MA
* MAURICE POLITI * MIGUEL ARRAES * MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA * MIGUEL PRESSBURGER * NANCY MANGABEIRA UNGER * NARCIS
A OLIVEIRA * NELSON CORDEIRO * NELSON REMY GILLET * NELSON RODRIGUES * NESTOR PEREIRA DA MOTA * NILMÁRIO DE MIRANDA * I

revista
anistia
política e justiça de transição

REPARAÇÃO Pablo de Greiff * Claudio Nash * Paulo Abrão * Marcelo
ly * Cristián Correa **ENTREVISTA** Ruti G. Teitel **ESPECIAL IDEJUST ARTIGOS**
MICOS Marcelo Cattoni de Oliveira * Marcelo Mattos Araújo * Kátia Felipini
Caroline Grassi de Menezes * Roberta Camineiro Baggio * Lara Miranda *
Merheb Petrus * Inês Virgínia Prado Soares * Lucia Elena Ferreira Bastos *
aptista Rosito * Benjamim Cuéllar **DOCUMENTOS** Relatório van Boven
direito à reparação (ONU) * Conjunto de princípios para a proteção dos
humanos mediante a luta contra a impunidade (ONU) * Princípios básicos
izes sobre o direito à reparação para vítimas de violações graves aos
humanos (ONU) * Contestação do Estado brasileiro junto à CIDH: caso
Guerrilha do Araguaia) **ISSN 2175-5329 N° 3 Janeiro/Junho 2010**

O MARETI SOBRINHO * OSCAVU JOSÉ COELHO * PAULO FRATESCHI * PAULO FREIRE * PAULO SARACENI * PAULO WRIGHT * PEDRO DE
JOHN MCCARTHY * RAUL JORGE ANGLADA PONT * REGENIS BADING PROCHMANN * RENATA FERRAZ GUERRA DE ANDRADE * REYN
ENDES * ROGÉRIO LUSTOSA * RÔMULO DANIEL BARRETO DE FARIAS * ROSE MARIE MURARO * ROSEMARY NOGUEIRA * RUY FRASÃO SOAP
ÉRGIO DE MAGALHÃES GOMES JAGUARIBE * SILVIA LÚCIA VIANA MONTARROYOS * SINVAL DE ITACARAMBI LEÃO * SOLANGE LOURENCO

SUMÁRIO

- ▶ 10 **PREFÁCIO**
**ANALISANDO UM CENÁRIO TRANSICIONAL EM MOVIMENTO:
O BRASIL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**
- ▶ 26 **ENTREVISTA**
- ▶ 28 **FAZER JUSTIÇA E PENSAR MEDIDAS DE JUSTIÇA NUM CONTEXTO
DE MUDANÇA POLÍTICA É OLHAR PARA O PASSADO MAS TAMBÉM
PARA O FUTURO: RUTI G. TEITEL RESPONDE**
- ▶ 40 **DOSSIÊ: REPARAÇÃO**
- ▶ 42 **JUSTIÇA E REPARAÇÕES**
PABLO DE GREIFF
- ▶ 72 **REPARAÇÕES POR VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS
NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA
DOS DIREITOS HUMANOS**
CLAUDIO NASH ROJAS
- ▶ 108 **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: A DIMENSÃO DA REPARAÇÃO**
PAULO ABRÃO
MARCELO D. TORELLY
- ▶ 140 **PROGRAMAS DE REPARAÇÃO PARA VIOLAÇÕES EM MASSA
AOS DIREITOS HUMANOS: APRENDIZADOS DAS EXPERIÊNCIAS
DE ARGENTINA, CHILE E PERU**
CRISTIÁN CORREA
- ▶ 174 **ESPECIAL: IDEJUST**
- ▶ 198 **ARTIGOS ACADÊMICOS**
- ▶ 200 **DEMOCRACIA SEM ESPERA E PROCESSO DE
CONSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA CRÍTICA AOS DISCURSOS
OFICIAIS SOBRE A CHAMADA “TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA”**
MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA
- ▶ 230 **O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO
E OS DESAFIOS COMUNICACIONAIS**
MARCELO MATTOS ARAUJO
KÁTIA REGINA FELIPINI NEVES
CAROLINE GRASSI FRANCO DE MENEZES

- ▶ 244 **A INCOMPLETUDE DA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NA CULTURA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA: AINDA EXISTEM PERSEGUIDOS POLÍTICOS NO BRASIL?**
LARA CAROLINE MIRANDA
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO

- ▶ 274 **A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COMO REALIZAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CAMINHOS PARA A DESCONSTRUÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA DO LEGADO AUTORITÁRIO NO BRASIL**
GABRIEL MERHEB PETRUS

- ▶ 288 **DIREITO À VERDADE NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: AS PERSPECTIVAS NO JULGAMENTO DO BRASIL (CASO ARAGUAIA)**
INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES
LUCIA ELENA ARANTES FERREIRA BASTOS

- ▶ 308 **A JUSTIÇA FORA DOS PALÁCIOS DE MÁRMORE DE BRASÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM RITUAL POLÍTICO NAS CARAVANAS DA ANISTIA**
JOÃO BAPTISTA ALVARES ROSITO

- ▶ 334 **“DISSE QUE MEU IRMÃO ESTÁ VIVO E QUE VAI ESPERÁ-LO PARA MORRER” O TRIBUNAL PARA A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM EL SALVADOR**
BENJAMIN CUÉLLAR MARTINEZ

- ▶ 352 **DOCUMENTOS**

- ▶ 354 **ESTUDO SOBRE O DIREITO DE RESTITUIÇÃO, INDENIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES GRAVES AOS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS**

- ▶ 426 **CONJUNTO DE PRINCÍPIOS ATUALIZADOS PARA A PROTEÇÃO E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS MEDIANTE A LUTA CONTRA A IMPUNIDADE**

- ▶ 450 **PRINCÍPIOS BÁSICOS E DIRETRIZES SOBRE O DIREITO À MEDIDAS DE SANEAMENTO E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES GRAVES AO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

- ▶ 464 **CONTESTAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO JUNTO À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: CASO 11.552 (GUERRILHA DO ARAGUAIA)**

- ▶ 557 **NORMAS EDITORIAIS**

REVISTA
**BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS
CRIMINAIS**
RBCCrim

ANO 19 • 89 • MARÇO-ABRIL • 2011

COORDENAÇÃO:

HELENA REGINA LOBO DA COSTA



PUBLICAÇÃO OFICIAL



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

EDIÇÃO ESPECIAL – CORRUPÇÃO

APRESENTAÇÃO.....	7
DIREITO PENAL	
1. La política criminal internacional contra la corrupción ANA ISABEL PÉREZ CEPEDA E CARMEN DEMELSA BENITO SÁNCHEZ.....	13
2. Urbanismo y corrupción: notas sobre el proceso evolutivo de su tratamiento penal en España ANTONIO VERCHER NOGUERA.....	63
3. Instrumentos internacionais no combate à corrupção. Transformações e harmonização do direito penal brasileiro: considerações sobre os crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira BEATRIZ CORRÊA CAMARGO.....	95
4. Algunas observaciones sobre el blanqueo imprudente de capitales (Aspectos doctrinales y jurisprudenciales) EDUARDO A. FABIÁN CAPARRÓS.....	131
5. Sobre la corrupción entre particulares. Convenios internacionales y derecho comparado IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E GIORGIO D. M. CERINA.....	159
6. Administração Pública gerencial e Direito Penal burocrático: implicações na dogmática penal da aplicação do gerencialismo na Administração Pública brasileira LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO.....	215
7. El progresivo diseño de espacios judiciales penales comunes para enfrentar la impunidad de la corrupción NICOLÁS RODRÍGUEZ GARCÍA.....	239
8. El delito de cohecho de funcionarios nacionales: condicionantes internacionales y principales aspectos de su nueva regulación en el Código Penal español NURIA MATELLANES RODRÍGUEZ.....	355

9. Corrupción política y derecho	
RAFAEL BUSTOS GISBERT	387
10. A ideia penal sobre a corrupção no Brasil: da seletividade pretérita à expansão de horizontes atual	
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA	407
11. O combate à corrupção entre Direito Penal e Direito Administrativo Sancionador	
YURI CORRÊA DA LUZ	429

PROCESSO PENAL

1. Corrupção: aspectos processuais	
ANTONIO SCARANEC FERNANDES E TIAGO CINTRA ESSADO.....	473
2. A infiltração de agentes no Brasil e na Espanha. Possibilidade de reformulação do sistema brasileiro com base no direito espanhol	
MARIÂNGELA TOMÉ LOPES	495

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

TRIBUNAL SUPREMO – ESPANHA

COHECHO – Admitir dádiva o regalo en consideración a su función – Sobreseimiento libre – Improcedencia – Regalos a diversas autoridades, sin que sea necesario acreditar exactos actos de éstos en respuesta a aquéllos.....	535
--	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

AUTORES.....	565
TEMAS.....	566
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA	569

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RBDP



ISSN 1678-7072

Sumário

DOUTRINA

Artigos

Ato administrativo nulo e decurso do tempo: seu regime jurídico-constitucional José Sérgio Monte Alegre	9
1 Introdução.....	9
2 O decurso do tempo, na Constituição. Seu regime jurídico	11
3 O decurso do tempo na Lei nº 9.784/99	23
Estado, sindicalismo e modernização administrativa Robertonio Santos Pessoa	41
Conflitos laborais no setor público – esgotamento de um paradigma	41
Organizações públicas e sindicalismo	43
Negociação coletiva – as “mesas de negociação”	45
Direito de greve – desdobramentos recentes	48
Servidor público: elementos das sanções funcionais José dos Santos Carvalho Filho	51
As bases da vedação à greve militar no Estado Democrático de Direito Diego Franco de Araújo Jurubeba	57
1 Introdução.....	57
2 Estado Democrático de Direito e direitos fundamentais	58
2.1 O Estado Democrático de Direito	58
2.2 Direitos fundamentais: origem e expansão	60
3 O direito fundamental de greve e o serviço público	63
3.1 A greve como direito fundamental	63
3.2 A greve no serviço público	64
4 Os militares e o serviço público	67
4.1 Os membros das forças armadas.....	67
4.2 Os militares são servidores públicos?	68
4.3 Os policiais militares e bombeiros militares	69
5 Os militares e o direito de greve	71
5.1 A vedação constitucional à greve militar e o seu reiterado descumprimento.....	71
5.2 A mitigação da greve militar frente a outros direitos fundamentais.....	72
5.2.1 Da inexistência de direitos fundamentais absolutos e a resolução de conflitos entre eles	72
5.2.2 Direito coletivo de greve em contraposição ao direito à segurança e aos princípios consecutórios da hierarquia e da disciplina	74
5.2.3 O princípio da prevalência dos direitos humanos e a colisão de normas constitucionais originárias.....	76
5.3 A defesa da ordem pública diante da greve militar: consequências	78
5.3.1 A cooperação federativa no âmbito da segurança pública: criação da força nacional de segurança pública	80
5.4 A posição do Supremo Tribunal Federal sobre as greves nas carreiras de Estado	82
6 Conclusão	83
Referências	85

Limites constitucionais às restrições legislativas da concorrência		
Eduardo Ferreira Jordão		87
1	O objetivo e a estrutura deste trabalho	87
2	A validade jurídica da lei restritiva da concorrência no direito comparado	88
2.1	O caso dos Estados Unidos	88
2.2	O caso da União Europeia	90
2.2.1	Violação ao artigo 10	91
2.2.2	Violação ao artigo 86	93
2.2.3	Conclusão sobre o caso europeu	95
3	A validade jurídica da lei restritiva da concorrência no Brasil	95
3.1	<i>A regulação dos serviços públicos</i>	95
3.1.1	A problemática questão do conceito de serviço público	99
3.2	A regulação das atividades econômicas em sentido estrito	101
3.2.1	A hipótese de insindicabilidade da escolha do legislador	102
3.2.2	A hipótese de hierarquização de princípios constitucionais	104
3.2.3	A ponderação concreta de princípios constitucionais	109
3.2.3.1	Razoabilidade e proporcionalidade como postulados normativos	111
3.2.3.2	A razoabilidade e suas diferentes acepções	112
3.2.3.3	A proporcionalidade e os exames a ela inerentes	116
3.2.3.3.1	A adequação	116
3.2.3.3.2	A necessidade	117
3.2.3.3.3	A proporcionalidade em sentido estrito	119
3.2.3.4	Notas finais de ordem prática	120
4	Conclusão	123

Controles éticos e controles jurídicos na gestão pública

Maria Auxiliadora Minahim		127
1	Revisescência da ética	127
2	Considerações sobre a moralidade do gestor público no Brasil	129
3	Controle das ações pela via da Ética ou do Direito?	132
4	É possível recriar pela via da norma o sentimento de desonra por ações antiéticas?	135
5	Conclusão	136

Norma jurídica da despesa pública

Basile Georges Campos Christopoulos		139
	Introdução	139
1	Direito como linguagem	140
1.1	Direito como sistema coercitivo	143
1.2	Estrutura lógica das normas jurídicas	146
1.3	Modais deônticos e norma jurídica	148
2	Despesa Pública	150
2.1	Processo de positivação da despesa pública	150
2.2	Natureza jurídica das normas que dispõem despesas	154
2.3	Normas de despesa pública e os três modais deônticos	156
2.4	Problemas do orçamento impositivo	159
	Conclusão	160
	Referências	161

A atuação judicial criativa nas sociedades complexas e pluralistas contemporâneas sob parâmetros jurídico-constitucionais

Dalton Santos Moraes		163
-----------------------------	--	-----

1	Introdução.....	164
2	As transformações sociais, políticas e econômicas contemporâneas: as sociedades complexas e pluralistas contemporâneas	165
3	O novo marco filosófico do direito: a Constituição como centro dos sistemas jurídicos contemporâneos e a constitucionalização do direito	167
4	A proeminência contemporânea do Poder Judiciário.....	171
4.1	O controle jurisdicional de constitucionalidade: a evolução do controle de constitucionalidade no Brasil e a importância do controle concreto realizado pela via difusa.....	172
4.2	A “judicialização da política”.....	179
5	Os novos marcos da função jurisdicional no Brasil: a complexidade da atuação judicial contemporânea.....	180
5.1	Delimitação da presente análise no controle concreto/difuso de constitucionalidade.....	181
5.2	A principalização do direito e as normas-regras dotadas de cláusulas gerais ou conceitos jurídicos indeterminados.....	186
5.3	Os “casos difíceis”: colisão de direitos fundamentais e ponderação de valores	192
6	A impossibilidade do exercício da função jurisdicional sob critérios eminentemente políticos: a subordinação material da atuação criativa do juiz ao direito proveniente da Constituição	195
7	Conclusão.....	201
	Referências	202

Calmon de Passos e a advocacia pública

Paulo Modesto 209

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Constitucional – Incidência do Imposto de Renda sobre a remuneração dos servidores
estaduais – Ação de restituição – Legitimidade processual – Estado-Membro –
Competência da Justiça comum estadual

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 700.117/RS 219

Supremo Tribunal Federal

Imunidade parlamentar em sentido material (inviolabilidade) – Impossibilidade de
responsabilização civil de membro do Poder Legislativo do DF – Pressupostos de
incidência da garantia constitucional da imunidade parlamentar – Prática “*in officio*” e
prática “*propter officium*”

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 401.600/DF 223

Superior Tribunal de Justiça

Professora – Aposentadoria especial – Tempo de serviço exclusivamente no exercício
do magistério, mesmo que fora da sala de aula – Possibilidade – Inovação na instância
recursal – Reconhecimento do alegado direito aos proventos de aposentadoria, ao
abono de permanência e ao adicional de permanência – Impossibilidade

Recurso em Mandado de Segurança nº 31.893-SC..... 233

Índice 239

Instruções para os autores 243

REVISTA DE
**ARBITRAGEM
E MEDIAÇÃO**
R Arb

ANO 8 • 28 • JANEIRO-MARÇO • 2011

COORDENAÇÃO:
ARNOLDO WALD

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
APRESENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO.....	11
ARBITRAGEM EM GERAL	
1. De la diplomatie arbitrale PIERRE LALIVE D'ÉPINAY.....	19
2. Arbitrating in Brazil. A practitioner's checklist RODRIGO GARCIA DA FONSECA.....	29
ÁRBITRO	
1. Em torno do árbitro CARLOS ALBERTO CARMONA.....	47
2. Suspeição e impedimento em arbitragem: sobre o dever de revelar na Lei 9.307/1996 TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR.....	65
PROCEDIMENTO ARBITRAL	
1. Consolidação, integração, pedidos cruzados (<i>cross claims</i>), arbitragem multiparte e multicontratual: a recente experiência na Câmara de Comércio Internacional (CCI) SIMON GREENBERG, JOSÉ RICARDO FERRIS E CHRISTIAN ALBANESI.....	85
2. Os poderes do tribunal arbitral para decretar medidas cautelares MARINA MENDES COSTA.....	109
ARBITRAGEM E PROCESSO CIVIL	
1. Arbitragem e o novo Código de Processo Civil DONALDO ARMELIN.....	131
2. Nota doutrinária sobre três temas de direito internacional privado no Projeto de novo Código de Processo Civil CARMEN TIBURCIO.....	139

3. Temas de direito internacional privado no Projeto de novo Código de Processo Civil	
NADIA DE ARAUJO, LAURO GAMA JR. E DANIELA VARGAS.....	147

CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

1. A importância da cláusula compromissória nos contratos empresariais como fortalecimento das relações negociais	
MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO E CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA.....	161

ARBITRAGEM NO DIREITO COMPARADO

1. A prova no processo arbitral em direito português	
MANUEL PEREIRA BARROCAS.....	187
2. O sistema de reconhecimento de decisões arbitrais entre Portugal e Angola: consequências da inaplicabilidade da Convenção de Nova Iorque	
CARLA GONÇALVES BORGES.....	213

PARECER

1. Arbitragem internacional nos contratos de cessão onerosa de petróleo nas camadas de pré-sal	
ARNALDO SAMPAIO DE MOARES GODOY (aprovado por LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS)	251

MEMÓRIA DO DIREITO

1. Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros	
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES.....	297

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA NACIONAL

1. A obrigatoriedade da cláusula compromissória em caso de litígios envolvendo empresas sujeitas a processos de falência ou recuperação – Comentários ao AgIn 658.014-4/2-00 do TJSP	
MAÍRA DE MELO VIEIRA	303
2. Algumas reflexões sobre a SEC 826/EX (Ssangyong vs. Eldorado)	
ANA GERDAU DE BORJA.....	315

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA INTERNACIONAL

1. Arbitragem em relações de consumo: custo menor para toda a sociedade – Comentários à decisão <i>Asturcom Telecomunicaciones SL vs. Cristina Rodríguez Nogueira</i> do Tribunal de Justiça da União Europeia e uma opinião sobre o tema	
LAURO GAMA JUNIOR	327

1. Acordãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ARBITRAGEM – Obrigatoriedade da solução do litígio pela via arbitral – Resenha por MAÍRA DE MELO VIEIRA 357

ARBITRAGEM – Cláusula compromissória – Incidência imediata de lei arbitral aos contratos celebrados em data pretérita à sua vigência – Resenha por MAÍRA DE MELO VIEIRA..... 364

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.^a REGIÃO

ARBITRAGEM – Cláusula compromissória – Ação cautelar – Extinção do processo sem análise do mérito – Resenha por MAÍRA DE MELO VIEIRA..... 373

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

ARBITRAGEM – Cláusula compromissória – Medida cautelar – Inadimplemento contratual – Extinção do processo em razão do compromisso arbitral 380

SENTENÇA

1. Prevenção das decisões conflitantes entre tribunais arbitrais. Liminar concedida para suspender os procedimentos arbitrais enquanto perdurar a medida cautelar
CEZAR AUGUSTO RODRIGUES COSTA 387

TRABALHO FORENSE

- Tutela cautelar visando à reunião de três processos conexos de arbitragem decorrentes de contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da usina hidrelétrica Corumbá III e do sistema de transmissão associado
- SERGIO BERMUDEZ, MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA, GUILHERME VALDETARO MATHIAS, ANTONIO CARLOS VELLOSO FILHO, BRUNO CALFAT, VÍTOR FERREIRA ALVES DE BRITO E ADILSON VIEIRA MACABU FILHO..... 393

LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO INTERNACIONAL

1. IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration. Adopted by a resolution of the IBA Council..... 421
2. Ministère de la Justice et Des Libertés – Décret 2011-48 du 13 janvier 2011 portant réforme de l'arbitrage..... 435

NOTAS

1. Revistas e Boletins	467
2. Notícias	471
3. Eventos.....	477

RESENHAS

1. <i>Arbitragem e Poder Público</i> , de Cesar Augusto Guimarães Pereira e Eduardo Talamini (coords.) – resenha por VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS	481
2. <i>L'applicabilité et l'impact de la Convention des Nations Unies sur les contrats de vente internationale de Marchandises au Brésil</i> , de Iacyr de Aguilar Vieira – resenha por ALFRED HABIB SIOUFI FILHO	485
3. <i>Manual de arbitragem</i> , Manuel Pereira Barrocas – resenha por FELIPE NEIVA VOLPINI	489

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	491
---	-----

Diretor
JOAQUIM FALCÃO

RDA
254

RDA



EDITORA
DIREITO RIO

Sumário

I – EDITORIAL, 5

JOAQUIM FALCÃO

II – ARTIGOS, 7

CONTINGÊNCIA E LEGITIMAÇÃO, 9

Raffaele De Giorgi

DANO AO ERÁRIO EM HIPÓTESES DE LICITAÇÃO OU CONTRATO
VICIADO, 27

Marcelo Borges de Mattos Medina

VIOLÊNCIA URBANA, CONDIÇÕES DAS PRISÕES E DIGNIDADE
HUMANA, 39

Ana Paula de Barcellos

AGÊNCIAS, *EXPERTISE* E PROFISSIONALISMO: O PARADIGMA DA
TÉCNICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 67

Emerson Affonso da Costa Moura

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA DAS AUTORIDADES
REGULADORAS E APLICAÇÃO DAS NORMAS PUNITIVAS, 95

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COMO MECANISMO DE FOMENTO DE
EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE PÚBLICO, 109

Floriano de Azevedo Marques Neto

PEDÁGIO: ALTERNATIVA GRATUITA E DIREITO DE IR E VIR (UMA NECESSÁRIA CORREÇÃO), 137

Eros Roberto Grau

COISA JULGADA E CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE, 151

José dos Santos Carvalho Filho

III – PARECERES, DECISÕES JUDICIAIS, ADMINISTRATIVAS E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS, 169

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E INTERPRETAÇÃO INADEQUADA DA LEGISLAÇÃO SOBRE CONCESSÕES, 171

Luís Roberto Barroso

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – ANULAÇÃO DO XLI CONCURSO PÚBLICO PARA ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE, 209

Voto do conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá no Procedimento de Controle Administrativo nº 0000110-14.2009.2.00.0000

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) – MECANISMOS DE PRIORIZAÇÃO: O CASO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE CARTEL NO MERCADO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS, 229

Voto do conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo na Averiguação Preliminar 08012.001198/2007-04 com comentários de Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e Eduardo Frade Rodrigues

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) – FUNÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL: REGULAÇÃO SISTÊMICA E A CAPACIDADE NORMATIVA DE CONJUNTURA, 261

Voto do ministro Eros Grau na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.591 com comentários de Sérgio Guerra

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

El arbitraje como medio de solución de conflictos en materia de servicios publicos: El nacimiento de un sistema jurídico complejo

Justo J. Reyna	13
1 Delimitación del tema. El arbitraje externo y el interno	13
2 Marco teórico y conceptual del enfoque elegido	19
2.1 Globalización y sistema jurídico	19
2.2 Servicio público concesionado. Sujetos y relaciones.....	27
3 El arbitraje internacional, sistema complejo y la juridicidad de sincronizar el sistema jurídico complejo	31
3.1 El caso de la Provincia.....	36
3.1.1 Sistema complejo y la modificación de los elementos subjetivos del contrato de concesión en la Provincia	36
3.1.2 La situación actual en la Provincia.....	38
3.1.3 La competencia para sincronizar el sistema jurídico complejo en la situación de la Provincia	40
4 Conclusión	46

Integração por intermédio das Constituições?

Michele Carducci	47
1 As duas matrizes da integração	47
2 A questão da crise.....	48
3 Inclusão social e <i>erosion of domestic jurisdiction</i>	50
4 Em direção à “Constituição imaterial”?	51
5 Retorno à “economia política” da Constituição	53
Referências.....	54

As modernas parcerias públicas com o Terceiro Setor

Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pagani de Souza	57
1 Introdução	57
2 A contratualização das parcerias públicas com o Terceiro Setor	62
3 A flexibilidade na aplicação dos recursos financeiros recebidos.....	74
4 Equiparação do pessoal do Terceiro Setor aos funcionários públicos.....	80
5 Equiparação das entidades do Terceiro Setor a entidades estatais.....	84
6 Um grave erro a evitar	87
7 Considerações finais	88

Ativismo judicial: possibilidade e limites

Edilson Pereira Nobre Júnior	91
I A ilusão de Montesquieu	91
II A Constituição e a criação judicial do direito	95

III	O ativismo judicial: uma alternativa possível.....	99
IV	Ativismo judicial: uma competência ilimitada?	105
V	Síntese conclusiva.....	114
	Referências.....	115

Ética na Administração Pública e o Código de Ética do Superior Tribunal Militar

Emerson Gabardo, Ana Cláudia Finger		119
1	Introdução: ética, moral e Direito	119
2	O Estado, a modernidade e os “fins éticos” da Administração Pública	123
3	O Código de ética do STM e os princípios estruturantes do regime jurídico administrativo	128
	Referências.....	132

A legitimidade do Estado Regulador brasileiro: uma análise democrática

Ricardo César Ferreira Duarte Júnior		135
1	Introdução	135
2	Do Estado Intervencionista ao Estado Regulador	137
3	A reforma do Estado brasileiro e a Constituição Federal de 1988.....	146
4	A legitimidade (da regulação) na Constituição Federal de 1988: uma visão pela democracia participativa	151
5	Conclusão	160
	Referências.....	163

Conceito de princípio jurídico e seus impactos no Direito Público contemporâneo: o caso da dispensa de licitação lastreada no inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93

Carlos Eduardo Bergamini Cunha		167
I	Introdução	167
II	A distinção entre os princípios e as regras jurídicas	170
II.1	A diferenciação pelo grau	173
II.1.a	Críticas à diferenciação das normas pelo critério de grau.....	174
II.2	A distinção à luz do critério da estrutura normativa	181
II.2.a	A incomunicabilidade das teorias.....	183
II.2.b	A impossibilidade de se derogarem regras pela aplicação de princípios	187
II.2.c	Aplicação da teoria qualitativa à hipótese do inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93	189
III	Conclusão	191
	Referências.....	193

Discrecionariedade administrativa e controle judicial: a vinculação pelos princípios

Aline Silva de Oliveira		197
1	Introdução	197
2	A discrecionariedade administrativa	198
2.1	A eficácia jurídica dos princípios	198
2.2	A discrecionariedade administrativa	199
2.3	O conceito de interesse público	204
2.4	A relatividade da competência discricionária	208
3	O controle judicial da discrecionariedade administrativa.....	209
3.1	Doutrina tradicional: o controle judicial do ato administrativo discricionário com base nos motivos determinantes e no desvio de finalidade	210
3.2	O mérito do ato administrativo.....	214

4	Os princípios que regem a Administração Pública como norteadores do controle da discricionariedade administrativa.....	219
5	Conclusões.....	227
	Referências.....	229

Parecer

Poder constituinte do Estado-membro. Art. 11 do ADCT da CF/88. Concessão de estabilidade aos servidores civis do Estado ocupantes de cargo em comissão

Carlos Thompson Flores	235
I Considerações necessárias	235
II O poder constituinte dos estados no vigente regime.....	236
III A questão jurídica objeto da consulta	238
IV Conclusão	242

Índice	245
---------------------	-----

Abstracts	249
------------------------	-----

Instruções para os autores	253
---	-----

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR RDC

ANO 20 • 77 • JANEIRO-MARÇO • 2011

COORDENAÇÃO:
CLAUDIA LIMA MARQUES

EDIÇÃO COMEMORATIVA
20 anos

Código de
Defesa do
Consumidor

PUBLICAÇÃO OFICIAL



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

APRESENTAÇÃO	5
EDITORIAL	11
 20 ANOS DO CDC: ANTECEDENTES	
1. Os direitos dos consumidores	
ORLANDO GOMES	19
2. A proteção do consumidor: importante capítulo do direito econômico	
FÁBIO KONDER COMPARATO	27
3. Defesa do consumidor	
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	47
 CONTRATOS DE CONSUMO	
1. O contrato entre Luhmann e Habermas	
FERNANDO RODRIGUES MARTINS	55
2. Serviços educacionais e direito do consumidor	
LÍVIO GOELLNER GORON.....	79
 DIÁLOGO DAS FONTES	
1. O diálogo das fontes nos contratos pela Internet: do vínculo contratual ao conceito de estabelecimento empresarial virtual e a proteção do consumidor	
ANTONIA ESPÍNDOLA LONGONI KLEE	99
2. O contrato de <i>time-sharing</i> e o direito do consumidor: um necessário diálogo das fontes	
ARDYLLIS ALVES SOARES	151
 SERVIÇOS	
1. Mercado, fidúcia e banca: uma introdução ao exame do risco bancário e da regulação prudencial do sistema financeiro na perspectiva do crédito	
BRUNO MIRAGEM.....	185

2. La particularidad de los servicios prestados a consumidores. Estudio de derecho interno y de derecho internacional privado CLAUDIA MADRID MARTÍNEZ (Venezuela)	245
--	-----

DIREITOS FUNDAMENTAIS E MERCADO DE CONSUMO

1. Alimentos transgênicos: questões controversas LUCIANO CUSTÓDIO TEIXEIRA	301
---	-----

DESAFIOS ATUAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Direito à saúde e o dever de informar: direito à prova e a responsabilidade civil das empresas de tabaco FLÁVIA PIOVESAN E UMBERTO GUASPARI SUDBRACK	341
--	-----

DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO – PARECER

1. Prescrição das ações coletivas, pretensão dos depositantes em poupança popular e a proteção da confiança do jurisdicionado na alteração de jurisprudência consolidada dos tribunais CLAUDIA LIMA MARQUES E BRUNO MIRAGEM	373
--	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Competência administrativa concorrente de fiscalização e repressão de infrações pelos órgãos administrativos de defesa do consumidor: limites do exercício do poder de polícia administrativo e efetividade da proteção do consumidor – Comentários ao REsp 1.087.892/SP BRUNO MIRAGEM	431
--	-----

JURISPRUDÊNCIA

• Decisões Anotadas

1. Acórdãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – Venda de produto agrotóxico com data de validade vencida	455
--	-----

LEGITIMIDADE ATIVA <i>AD CAUSAM</i> – Ação civil pública – Ministério Público – Interposição contra sociedade de capitalização que não notifica os adquirentes dos títulos para resgate dos prêmios de que tem direito	464
--	-----

ESTABELECIMENTO DE ENSINO – Prestação de serviços – Pagamento de mensalidade sem a devida contraprestação em hora-aula – Restituição dos valores pagos a maior à Universidade.....	483
--	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

AÇÃO ANULATÓRIA – Processo administrativo – Anulação de multa administrativa aplicada pelo Procon.....	494
--	-----

2. Decisões Monocráticas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

DANO MORAL – Indenização – Consumidor – Inserção de nome em sistema “SPC Credicore” que gera restrição a crédito.....	501
---	-----

LEGISLAÇÃO

1. Exposição de Motivos Interministerial 171/2010 – MF/MJ.....	515
2. Medida Provisória 518, de 30 de dezembro de 2010 Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito	521

RESENHAS

1. <i>Japanese and European Private International Law in comparative perspective</i> , de Jürgen Basedow, Harald Baum e Yuko Nishitani – resenha por CLAUDIA LIMA MARQUES.....	529
2. <i>Publicidade e direito</i> , de Lucia Ancona Lopez de Magalhães Dias – resenha por BRUNO MIRAGEM.....	537
3. <i>Cláusulas abusivas nas relações de consumo</i> , de Cristiano Heineck Schmitt – resenha por BRUNO MIRAGEM.....	539

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA....	541
--	-----

REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO RDT

ANO 37 • 141 • JANEIRO-MARÇO • 2011

COORDENAÇÃO:
DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI

PUBLICAÇÃO OFICIAL



ASOCIACION IBEROAMERICANA
De Derecho del Trabajo y
de la Seguridad Social

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
APRESENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO	11
DIREITOS HUMANOS	
1. A proteção jurídica internacional e brasileira do trabalho infanto-juvenil	
LUCIANA ABOIM MACHADO GONÇALVES DA SILVA	19
TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	
1. Las relaciones laborales en la nueva sociedad	
TEODOSIO A. PALOMINO.....	45
DIREITOS COLETIVOS	
1. Panorama sobre a greve no Brasil	
RAPHAEL JACOB BROLIO.....	61
DIREITOS INDIVIDUAIS	
1. Marco legal aplicable, método y técnica para la elaboración de proyectos de resolución en materia laboral en México	
ARTURO MARTÍNEZ Y GONZÁLEZ.....	75
2. Considerações acerca da terceirização no Direito do Trabalho	
CIAMARA DOS SANTOS	89
3. A proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa e a constitucionalização simbólica	
DANILO GONÇALVES GASPAR	99
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
1. Princípio da identidade física do juiz no processo laboral brasileiro: pelo cancelamento da Súmula 136 do TST	
ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA NETO	143

2. O império das Súmulas e Orientações Jurisprudenciais na interpretação judicial trabalhista: horizontes metodológicos de crítica e superação hermenêutica GUILHERME LEVIEN GRILLO.....	161
3. O princípio da finalidade social no processo do trabalho: análise exploratória do cenário brasileiro de 1946 a 2010 HELICIO LUIZ ADORNO JR.	181
4. El problema de la oralidad en el proceso laboral argentino HUGO ROBERTO MANSUETI	201
5. La imperatividad del bloque de constitucionalidad, como garantía del justo proceso en el conflicto de trabajo en la nueva Constitución boliviana IVAN CAMPERO VILLALBA	221
6. A aplicação do art. 745-A do CPC no processo trabalhista MARCELO DE ALMEIDA	239
7. Lesão à dignidade da pessoa humana do trabalhador: da não aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP SILVIA SAMPAIO.....	249

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

1. El punto de encuentro entre el derecho del trabajo y el derecho del medio ambiente: por un trabajo justo y digno, y por un desarrollo social y económico sostenible FRANCISCO PÉREZ AMORÓS.....	271
---	-----

DIREITO TRABALHISTA DESPORTIVO – PARECER

1. Direito de imagem e direito de arena DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI.....	305
---	-----

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. O rateio da pensão por morte entre o ex-cônjuge e os demais dependentes previsto no art. 76, § 2.º, da Lei 8.213/1991: uma interpretação constitucional EDUARDO LUZ GONÇALVES	319
---	-----

1. Acórdãos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SALÁRIO – Locação – Utilização de veículo do trabalhador. INDENIZAÇÃO – Dano material – Veículo do empregado – Desgaste natural provocado pelo uso na prestação de serviço.....	351
---	-----

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO

ESTABILIDADE PROVISÓRIA – Gestante – Obreira que, ciente de sua demissão próxima, apressa-se a realizar inseminação artificial com o intuito de garantir o emprego Resenha por NORDSON GONÇALVES DE CARVALHO.....	362
--	-----

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO

PRESCRIÇÃO – Ação de indenização – Dano moral – Acidente do trabalho – INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Acidente do trabalho – Concausa. ASSÉDIO MORAL – Indenização – Dano moral – Empregado que sofre sobrecarga de trabalho em decorrência do exercício de atividade sindical.....	366
---	-----

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO

CONTRATO DE TRABALHO – Objeto ilícito – Transporte e comercialização ilegal de mercadorias de grande valor financeiro – Crime de descaminho	378
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – Ação de cumprimento – Demanda proposta para exigir cumprimento de cláusulas normativas sobre desconto assistencial, taxa negocial e abono de empresa Resenha por NORDSON GONÇALVES DE CARVALHO.....	391
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – Extinção do processo – Ilegitimidade ativa <i>ad causam</i> – Adimplemento de taxa de reversão, prevista em acordo coletivo, em favor do sindicato representante da categoria profissional.....	402

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12.ª REGIÃO

CERCEAMENTO DE DEFESA – Prova testemunhal – Ambiente insalubre – Realização de perícia que atesta a falta de higiene do ambiente de trabalho. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – Trabalho realizado em setor de impressão de gráfica de jornal Resenha por NORDSON GONÇALVES DE CARVALHO.....	410
--	-----

DANO MORAL – Indenização – Ambiente de trabalho rural inadequado – Não existência de instalação sanitária e água potável no local de prestação de serviços. INTERVALO INTRAJORNADA – Supressão parcial – Trabalhador rural – Jornada de trabalho diária que excede 6 horas com intervalo de apenas 20 minutos.....	415
--	-----

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

CÁMARA NACIONAL DE APELACIONES DEL TRABAJO – ARGENTINA

Derecho colectivo del trabajo. Asociaciones sindicales. Representación sindical en la empresa.	427
---	-----

TRIBUNAL DE CÓRDOBA

Cooperativa de trabajo. Relación de trabajo reconocida	431
--	-----

NOTAS

1. Contrato de trabalho simultâneo e emprego desdobrado: fraude ou não? DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI.....	485
2. A moderna teoria geral do processo do trabalho: civitização do Direito Processual do Trabalho ou melhoria da prestação jurisdicional trabalhista? MAURO SCHIAVI	489

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA	503
--	-----

Revista de Doutrina e Jurisprudência

Jan./Abr.
2010

92

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e dos Territórios

SUMÁRIO

DOCTRINA

Os Paradoxos do Judiciário no Estado Constitucional e as Súmulas Vinculantes: Um Breve Ensaio de Teoria Constitucionalista <i>Ruitemberg Nunes Pereira</i>	13
---	----

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Distrito Federal	39
---	----

ÍNDICES

Numérico dos Acórdãos.....	473
Alfabético.....	481

Revista de Estudos Tributários

ANO XIII — Nº 78 — MARÇO-ABRIL 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal – Nº 29/2000

Superior Tribunal de Justiça – Nº 42/1999

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 21/2001

Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Nº 1999.02.01.057040-0

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Nº 22/2010

Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Nº 07/0042596-9

Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Nº 10/2007

EDITORIAL SÍNTESE

DIRETOR: Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL: Maria Liliana C. V. Polido

EDITOR: Cristiano Agrella Basaglia

EDITORIAL IET — INSTITUTO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

DIRETORES

Milton Terra Machado

Hebe Bonazzola Ribeiro

Geraldo Bemfica Teixeira

CONSELHO EDITORIAL

Domiciano Cunha, Heleno Taveira Tôrres, Hugo de Brito Machado,
Humberto Bergmann Ávila, Ives Gandra da Silva Martins, José Mörschbacher,
Kiyoshi Harada, Leandro Paulsen, Misabel Derzi, Paulo de Barros Carvalho,
Roberto Ferraz, Roque Carrazza, Vittorio Cassone, Walmir Luiz Becker

COMITÊ TÉCNICO

Adler Baum, Adolpho Bergamini, Carlos Mário da Silva Velloso,
Carlos Roberto Lofego Caníbal, Demes Britto, Fernando Dantas Casillo Gonçalves,
Henrique Tróccoli Júnior, Paulo de Mello Aleixo, Paulo de Vasconcellos Chaves, Vilson Darós

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Demes Britto, Eric Mclimore, Kiyoshi Harada, Leandro Colbo Favano,
Luiz Fernando de Carvalho Accacio, Marcio Basso, Thales Michel Stucky,
Washington Carlos de Almeida

Assunto Especial**PRECATÓRIOS JUDICIAIS – COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA****DOCTRINAS**

1. Compensação de Créditos Vencidos Representados por Precatórios
Kiyoshi Harada.....7
2. (In)Utilização de Créditos Oriundos de Precatórios na Compensação
Tributária
Marcio Basso.....21

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Substituição de Bens à Penhora por Crédito de Precatório
Demes Britto42

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ).....49
2. Ementário.....56

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. A Aplicação Hodierna das Imunidades Tributárias aos Templos de
Todos os Cultos
Washington Carlos De Almeida61
2. A Banalização da Substituição Tributária no Estado de São Paulo e
Suas Inconstitucionalidades e Ilegalidades
Luiz Fernando de Carvalho Accacio.....73
3. O “Imposto Americano sobre Substâncias Danosas à Camada de
Ozônio” e Suas Possíveis Implicações para o Exportador Brasileiro
Thales Michel Stucky e Eric Mclimore.....106

JURISPRUDÊNCIA**ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Supremo Tribunal Federal120
2. Superior Tribunal de Justiça125
3. Superior Tribunal de Justiça130
4. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....136
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....151

6. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	155
7. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	161
8. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	165

EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência.....	170
2. Ementário de Jurisprudência Administrativa	211

Seção Especial

NA PRÁTICA

1. Aspectos Técnicos Indispensáveis para a Classificação em Material de Uso e Consumo ou Produto Intermediário para Fins de Creditamento do ICMS Leandro Colbo Favano	221
--	-----

Clipping Jurídico.....	234
------------------------	-----

Resenha Legislativa.....	240
--------------------------	-----

Súmula	241
--------------	-----

Bibliografia Complementar	242
---------------------------------	-----

Índice Alfabético e Remissivo	244
-------------------------------------	-----

Normas Editoriais para Envio de Artigos	248
---	-----

REVISTA DE PROCESSO

Ano 36 • vol. 193 • mar. / 2011

Direção

ARRUDA ALVIM

Coordenação

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de jurisprudência autorizado pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

DOCTRINA NACIONAL

1. Controle jurisdicional das políticas públicas – *Mínimo existencial* e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis
KAZUO WATANABE..... 13
2. Delimitação conceitual de exceção substancial e distinção entre exceções e objeções substanciais
RAFAEL OLIVEIRA 27
3. A legitimidade da Defensoria Pública para a ação civil pública ambiental e a condição de pessoa necessitada em termos (socio)ambientais: uma questão de acesso à Justiça (socio)ambiental
TIAGO FENSTERSEIFER 53
4. O direito fundamental de facilitação da defesa em juízo dos consumidores
NELSON RODRIGUES NETTO 101
5. A duração do processo, o julgamento do recurso extraordinário dotado de repercussão geral e a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade
LUIS ALBERTO REICHELDT..... 131

DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La riforma delle *Rules of Arbitration* dell'Uncitral
VINCENZO VIGORITI 153

DIREITO COMPARADO

1. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo
ÉRICO ANDRADE 167

ATUALIDADES NACIONAIS

1. Observações sobre a eficácia probatória do *e-mail* no processo civil brasileiro
FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA..... 203

2. O formalismo exacerbado quanto ao preenchimento de guias de preparo: ainda a jurisprudência defensiva dos Tribunais Superiores MÁRCIO CARVALHO FARIA.....	231
3. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA.....	255
4. Brevíssimos pensamentos sobre as linhas mestras do novo Código de Processo Civil LEONARDO NETTO PARENTONI.....	281

ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. Enforcement of a claim with the support of the new information technology. Protection of the creditor and the debtor MICHELE ANGELO LUPOI	321
2. Sobre as reformas recentes no direito alemão e alguns pontos em comum com o projeto brasileiro para um novo Código de Processo Civil ROLF STÜRNER	355

TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Devido processo legal procedimental e ofensa reflexa à Constituição: soluções para superação de um dogma MARCO EUGÊNIO GROSS.....	375
---	-----

ESTUDO DE CASO

1. A ponderação de valores como supressora do contraditório GUILHERME CÉSAR PINHEIRO.....	403
--	-----

NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Os Oficiais de Justiça no exercício de suas atribuições. O <i>modus procedendi</i> em ações que tramitam sob sigilo de justiça. Análise detalhada FABIANO CARIBÉ PINHEIRO.....	423
--	-----

JURISPRUDÊNCIA

• Decisões Anotadas

1. Acórdãos

Supremo Tribunal Federal

AGRAVO REGIMENTAL – Interposição contra decisão que estabelece competência do juízo da execução para julgamento de questões relativas a levantamento de depósitos judiciais em razão de desistência da ação 449

EXECUÇÃO FISCAL – Interesse de agir – Município que, por possuir débitos de pequeno valor, enfrenta sentença extinguindo o mérito	452
AGRAVO REGIMENTAL – Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento	469

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALIMENTOS – Demanda proposta diretamente contra os avós paternos – Ausência de provas da impossibilidade financeira dos pais	472
--	-----

RESENHAS

1. <i>Precedentes obrigatórios</i> , de Luiz Guilherme Marinoni – resenha por DANIEL MITIDIERO	481
--	-----

HOMENAGEM PÓSTUMA

1. Ministro Carlos Thompson Flores – Centenário do seu nascimento CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ.....	487
--	-----

MEMÓRIA DO DIREITO

1. Efeito da sentença de interdição CARLOS THOMPSON FLORES.....	511
---	-----

RESUMOS.....	523
--------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO	531
-----------------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	537
---	-----

REVISTA DE PROCESSO

Ano 36 • vol. 194 • abril / 2011

Direção

ARRUDA ALVIM

Coordenação

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP



Repositório de jurisprudência autorizado pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

DOCTRINA NACIONAL

1. Fungibilidade no âmbito recursal: requisito para sua aplicação
BRUNO GARCIA REDONDO..... 13
2. Os tratados de direitos humanos como fontes do Direito Processual Civil
VITOR FONSÊCA..... 35
3. Colaboração no processo civil como *prêt-à-porter*? Um convite ao diálogo para Lenio Streck
DANIEL MITIDIERO 55
4. Algumas notas sobre o contraditório no processo civil
GUILHERME LUIS QUARESMA BATISTA SANTOS 69

DIREITO COMPARADO

1. Limites objetivos da coisa julgada no Projeto de Código de Processo Civil: reflexões inspiradas na experiência norte-americana
ANTONIO GIDI, JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER E MARÍLIA ZANELLA PRATES..... 101

ATUALIDADES NACIONAIS

1. O novo Código de Processo Civil – Breve análise do projeto revisado no Senado
ATHOS GUSMÃO CARNEIRO 141
2. Autos virtuais: o novo *layout* do processo judicial brasileiro
RENATO DE MAGALHÃES DANTAS NETO 173
3. Legitimidade ativa dos condomínios para a ação civil pública
EDUARDO CÂNDIA..... 205
4. Direito em expectativa: as tutelas de urgência e evidência no Projeto de novo Código de Processo Civil – Breves comentários
ANDREA CARLA BARBOSA..... 243
5. Conciliação e mediação no novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010)
ALISSON FARINELLI E EDUARDO CAMBI 277

6. Primeiras impressões sobre a participação do <i>amicus curiae</i> segundo o Projeto do novo Código de Processo Civil (art. 322) CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DEL PRÁ.....	307
7. Brazilian report on the use of new information technology in the enforcement of judgments MICHELE LUPOI, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON E GUILHERME RECENA COSTA	317
8. Poderes instrutórios do juiz e as novas diretrizes da norma processual RAFAEL MOTTA E CORREA	323
9. Assistência judiciária gratuita no novo Código de Processo Civil: uma proposta de possível emenda ao PL 8.046/2010 ARTHUR MENDES LOBO.....	351

TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Embargos de declaração no Juizado Especial: efeitos SÍLVIO NAZARENO COSTA	371
---	-----

NOTAS E COMENTÁRIOS

1. A contratualização do processo civil? MARCELA REGINA PEREIRA CÂMARA	393
2. O tradutor público e intérprete comercial e sua contribuição ao Judiciário ANA RITA CARNEIRO BAPTISTA BARRETO SANTIAGO.....	415

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

1. Repercussão Geral – Casos

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REPERCUSSÃO GERAL – Decisão que negou monocraticamente o cabimento de agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais	435
---	-----

2. Acórdãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESCRIÇÃO – Ação de cobrança – Ex-Prefeito – Reparação de dano ao erário requerida após o decurso do prazo quinquenal	441
--	-----

LEGITIMIDADE ATIVA <i>AD CAUSAM</i> – Ação civil pública – Defesa de direitos individuais homogêneos – Relação de consumo – Centro acadêmico de direito – Defesa dos direitos dos estudantes em face a respectiva instituição de ensino privada	457
HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Execução fiscal – Dupla condenação – Fixação fundada tanto na ação de execução, como nos respectivos embargos do devedor	470

RESENHAS

1. *Direito de imprensa e liberdade de expressão – Soluções teóricas e práticas após a revogação da Lei 5.250, de 09.02.1967*, de Luiz Manoel Gomes Junior e Miriam Fecchio Chueiri – Resenha por
EMERSON CORTEZIA DE SOUZA
2. *Comentários à Lei de Improbidade Administrativa: Lei 8.429, de 02 de junho de 1992*, de Fernando da Fonseca Gajardoni, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luís Otávio Sequeira de Cerqueira, Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto – Resenha por
RONY CARLOS ESPOSTO POLIZELLO.....

RESUMOS.....	489
--------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	499
-----------------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.	505
---	-----



Ministério da Justiça

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Revista

Número 22

2009/2010

BRASÍLIA - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
ARTIGOS DOUTRINÁRIOS.....	13
A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS <i>César Barros Leal</i>	15
1.2 - A REFORMA PROCESSUAL PENAL <i>Adeildo Nunes</i>	23
1.3 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVALORIZAÇÃO DA VÍTIMA E A REPARAÇÃO DO DANO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO <i>Renata Jardim da Cunha Rieger</i>	43
1.4 - A (IN) APLICABILIDADE DAS SÚMULAS VINCULANTES N. 5 E N. 9 À LUZ DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA <i>Vicente Cardoso de Figueiredo</i>	61
1.5 - A TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO: FERRAMENTA APLICADA À ANÁLISE DA PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA SEGUNDO A lei n. 8072/90 – LEI DOS CRIMES HEDIONDOS <i>Davi do Espírito Santo</i> <i>Marilene do Espírito Santo</i> <i>Júlio César Ferreira de Melo</i>	91
1.6 - “(.....!)” O grito mudo das cadeias ganha voz: cultura hip hop como ferramenta de educação, tratamento e protagonismo para jovens presos. <i>Fernanda Bassani</i>	111
1.7 - AS RELAÇÕES ENTRE AS FACÇÕES E O GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO NO PRESÍDIO: CO-OPERANDO PELOS PRINCÍPIOS AUTO-ORGANIZATIVO E AUTOPOIÉTICO <i>Vinicius Sallin</i>	131
1.8 - A CONCESSÃO DE INDULTO E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA. THE GRANT OF PARDON AND THE SECURITY MEASURES. <i>Tiago Cardoso</i>	161

1.9 - O § 4º DO ART. 394 DO CPP E O PROCEDIMENTO PENAL NA LEI DE DROGAS

(LEI N. 11.343/2006)

Renato Marcão.....175

1.10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NA COMARCA DE PORTO ALEGRE RS CORRESPONSABILIDADE COM AS ENTIDADES CONVENIADAS

Cedile Maria Frare Greggianin

Cleonice Salomão Cougo

Maíz Ramos Junqueira

Nádia Regina Sato

Suzete Suslik Zylbersztejn

Vera ConceiçãoVillarinho Curia

Viviane Lupetti Lauck.....183

1.11 - A PROIBIÇÃO DE ENTRADA DE CELULAR EM PRESÍDIO

(Comentários à Lei n. 12.012/09)

Carlos Lélío Lauria Ferreira

Maurício Kuehne.....199

1.12 - (RE) ESTRUTURANDO A ASSISTÊNCIA PRISIONAL DEVIDA PELO ESTADO OU DE QUANDO A UNIVERSIDADE VAI AO CÁRCERE.

Fabio Felix Ferreira.....229

1.13 - NA PRISÃO E CONTRA ELA: RECUSA E RESISTÊNCIA

Ana Gabriela Mendes Braga.....259

1.14 - CRIMES AMBIENTAIS: A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Renato Marcão.....271

1.15 - ART. 44 DA LEI N. 11.343/2006 (LEI DE DROGAS):

A LIBERDADE PROVISÓRIA EM CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Renato Marcão.....277

1.16 - ENSAIO SOBRE UMA EXECUÇÃO PENAL MAIS RACIONAL E REDUTORA DE DANOS

Rodrigo Duque Estrada Roig.....283

1.17 - A EXPERIÊNCIA DA "JUSTIÇA" – PARTE I –

Valdirene Daufemback.....301

1.18 - DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE NO DIREITO

BRASILEIRO – <i>Geder Luiz Rocha Gomes</i>	315
1.19 - PENSANDO A PRISÃO NA PÓS-MODERNIDADE <i>Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes</i>	331
1.20 - LES MODELES DE SURVEILLANCE EXTRA-PENITENTIAIRE DES DELINQUANTS EN FRANCE <i>Philippe BONFILS</i>	349
1.21 - LA RESTAURACIÓN Y LA MEDIACIÓN EN LA JUSTICIA DE MENORES EN MÉXICO <i>Antonio Sánchez Galindo</i>	365
1.22 - LA VIGILANCIA ELECTRÓNICA COMO ALTERNATIVA A LA PRISIÓN EN EL MARCO DE LA SEGURIDAD PÚBLICA <i>César Barros Leal</i>	381
1.23 - REFLEXIONES Y PROPUESTAS SOBRE UN PLAN EFICAZ DE REINSERCIÓN SOCIAL COMO POLÍTICA CRIMINAL. <i>Jorge Pinheiro Franci Hounsell Adriane Rossini</i>	401
1.24 - Le droit répressif pénitentiaire en France <i>François FEVRIER</i>	413
1.25 - LES ALTERNATIVES À LA DÉTENTION <i>Valérie Malabat</i>	423
1.26 - APERÇUS SUR LE DROIT PÉNITENTIAIRE COMPARE <i>Jean Pradel</i>	437
1.27 - LA COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME ET LA PROTECTION DES DROITS DES DÉTENUS <i>Jean-Paul CÉRÉ</i>	451
1.28 - PREMIERES JOURNEES FRANCO-BRESILIENNES LES CONTRÔLES SUR LES PRISONS EN FRANCE <i>Muriel GIACOPELLI</i>	469

MONOGRAFIAS CLASSIFICADAS.....	485
CATEGORIA GRADUADO.....	485
2.1 - BRUNO AUGUSTO VIGO MILANEZ.....	487
2.2 - NARA BORGIO CYPRIANO MACHADO.....	523
2.3 - RICARDO ROESCH MORATO FILHO.....	555
CATEGORIA GRADUANDO.....	595
2.4 - LIGIA CINTRA DE LIMA TRINDADE.....	597
2.5 - ANA CAROLINA DIAS RIBEIRO.....	625
2.6 - SALMA HUSSEIN MAKKI.....	657

ISSN 0103-703-X

www.trf1.jus.br

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Número 3 Ano 23 Março/2011

Ponto de Vista

Tópicos constitucionais

Fernando Augusto dos Santos

Artigos Doutrinários

Sursis processual nos crimes tributários

Rafael Paula Parreira Costa

A complexidade das medidas cautelares no Direito brasileiro

Davidson Alessandro de Miranda

Jurisdição administrativa

Vânila Cardoso André de Moraes

Reflexões sobre a Súmula 438 do STJ

Flávio da Silva Andrade



Editorial 17

Juramento 19

Epígrafe 21

Ponto de Vista 23

Tópicos constitucionais

Fernando Augusto Ricardo dos Santos

Artigos Doutrinários 27

Sursis processual nos crimes tributários, 27

Rafael Paula Parreira Costa

A complexidade das medidas cautelares no Direito brasileiro, 29

Davidson Alessandro de Miranda

Jurisdição administrativa, 39

Vânila Cardoso André de Moraes

Reflexões sobre a Súmula 438 do STJ, 48

Flávio da Silva Andrade

Inovações Legislativas 51

Decreto 7.443, de 23 de fevereiro de 2011, 51

Regulamenta o art. 8º – E da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci e revoga os arts. 9º a 16 do Decreto 6.490, de 19 de junho de 2008, que dispõem sobre o projeto Bolsa-Formação.

Decreto 7.445, de 1º de março de 2011, 54

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Decreto 7.447, de 1º de março de 2011, 58

Dá nova redação ao art. 19 do Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família.

Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, 59

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei 12.255, de 15 de junho de 2010.

Corte Especial — Conflito de competência entre seções. Concurso interno. Promoção funcional de soldados da Aeronáutica, 61

Numeração única: 0001753-75.2001.4.01.3400

Conflito de Competência 2001.34.00.001751-0/DF

Relator: Desembargador Federal Carlos Olavo

Primeira Seção — Acórdão proferido por turma recursal. Incompetência deste Tribunal Regional Federal. Precedentes da seção e do STJ, 63

Ação Rescisória 0035906-71.2009.4.01.0000/RR

Relator: Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa (convocado)

Segunda Seção — Acórdão proferido em agravo de instrumento. Decisão que aprecia pedido de atualização de cálculos de liquidação. Desconstituição. Inadequação da via eleita, 65

Numeração única: 0051072-80.2008.4.01.0000

Ação Rescisória 2008.01.00.049767-6/BA

Relator: Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida (convocado)

Terceira Seção — Competência do Conmetro: fixação de critérios de pesos e medidas para fins de aplicação de penas administrativas. Princípio da legalidade. Técnica da norma penal em branco. Utilização pelo Direito Administrativo-Penal, 68

Numeração única: 0060144-72.2000.4.01.0000

Embargos Infringentes 2000.01.00068856-0/MG

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Quarta Seção — Conflito negativo de competência. Exceção de pré-executividade. Relação de prejudicialidade pelo anterior ajuizamento de ação penal. Crime contra a ordem tributária. Inexistência de óbice ao regular processamento da execução, 72

Numeração única: 0060127-55.2008.4.01.0000

Conflito de Competência 2008.01.00.055335-9/RR

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Primeira Turma — Servidor público. Aproveitamento no cargo de auditor fiscal. Excesso de execução: ausência. Termo inicial e final dos cálculos. Inclusão. Portaria 781, de 25/02/1992. RAV, 74

Numeração única: 0004632-55.2001.4.01.3400

Apelação 2001.34.00.004637-1/DF

Relator: Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes (convocado)

Segunda Turma — Anistia. Perseguição por motivo exclusivamente político descaracterizada. Empregado público. Reintegração no serviço público: impossibilidade – exigência de aprovação prévia em concurso público, 76

Numeração única: 0001420-94.2000.4.01.4100

Apelação Cível 2000.41.00.001431-8/RO

Relatora: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Terceira Turma — Ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal. Competência da Justiça Federal. Legitimidade passiva do ex-prefeito. Índícios suficientes da existência de atos de improbidade administrativa. Aplicação da Lei 8.429/1992 e do Decreto-Lei 201/1967, de forma concomitante. Ausência de eficácia *erga omnes*, 80

Numeração única: 0014780-62.2009.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2009.01.00.016201-2/PA

Relatora: Desembargadora Federal Assusete Magalhães

Quarta Turma — Crimes de redução de trabalhador à condição análoga à de escravo. Prova da materialidade e da autoria. Pena-base mantida. Aplicação do inciso I do § 2º. Impossibilidade. Ausência de provas. Atenuante, 89

Numeração única: 0001379-98.2007.4.01.3901

Apelação Criminal 2007.39.01.001382-3/PA

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quinta Turma— Ensino superior. Alunos que cursaram pós-graduação entre o final da graduação e a colação de grau. Direito ao título de especialista, 98

Numeração única: 0006482-82.2008.4.01.3600

Reexame Necessário 2008.36.00.006482-0/MT

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Sexta Turma — Concurso público. Candidato portador de discromatopsia (daltonismo). Irrelevância e plena capacidade visual para o exercício do cargo comprovadas por laudos médicos, inclusive perícia judicial. Indenização por nomeação tardia, 100

Numeração única: 0005843-53.2006.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2006.34.00.005901-4/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sétima Turma — Embargos à execução fiscal. Inscrição em dívida. Taxa de ocupação indevida. Imóvel situado em ilha costeira. Cadeia sucessória dominial do imóvel comprovada, 106

Numeração única: 0006398-77.2005.4.01.3700

Apelação/Reexame Necessário 2005.37.00.006680-0/MA

Relatora: Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada)

Oitava Turma — Embargos à adjudicação. Leilões negativos. Adjudicação pela Fazenda Nacional por 50% do valor da avaliação. Bem avaliado há sete anos. Necessidade de atualização do valor, 112

Numeração única: 0000165-09.2006.4.01.3901

Apelação Cível 2006.39.01.000162-0/PA

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Nulidade do pleito eleitoral para a Diretoria da Subseção da OAB de Cacoal/RO. Decisão que antecipou os efeitos da tutela para determinar à seccional que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, proceda à destituição da atual Diretoria, 117

Suspensão de Execução de Sentença 0008098-23.2011.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Avocação da ação ordinária requerida pelo INSS. Suposta retenção indevida de processo por juiz de direito. Condenação ao reajuste do benefício previdenciário, 119

Avocatória 0053916-32.2010.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Mandado de segurança. Determinação de reposição ao Erário de valores percebidos a título de Gratificação Especial de Localidade. Aplicação de jurisprudência dominante à época, para a base de cálculo da referida gratificação. Entendimento suplantado. Exclusão da forma de cálculo. Alegação de boa-fé, 121

Mandado de Segurança 0006885-79.2011.4.01.0000/TO

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, em face de decisão que recebeu a petição inicial da ação de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal em razão da ausência de publicação de inúmeros atos praticados no âmbito do Senado Federal (os chamados *atos secretos*), 123

Agravo de Instrumento 0008537-34.2011.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Carlos Olavo

Mandado de segurança. Concessão de benefício previdenciário. INSS como réu. Prerrogativas da Fazenda Pública. As ações dos segurados ou beneficiários contra o INSS não se sujeitam ao procedimento da lei que criou os Juizados Especiais da Fazenda Pública, 126

Mandado de Segurança 0010584-78.2011.4.01.0000/RO

Relator: Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa (convocado)

Agravo de instrumento. Decisão que homologou os cálculos da contadoria e determinou a expedição de requisição de pagamento complementar. Pagamento de diferenças remanescentes de juros de mora e correção monetária entre a data da elaboração dos cálculos e a expedição dos requisitórios, 128

Agravo de Instrumento 0018346-82.2010.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa (convocado)

JEFs em Revista

131

Imposto de Renda. Férias e licença-prêmio indenizadas. Não incidência, 131

Numeração única: 0071897-62.2006.4.01.3800

Recurso Inominado 2006.38.00.733018-0/MG

Relator: Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa

Capacidade processual. Contrato de abertura de conta-corrente com crédito rotativo assinado por surdo-mudo que não aprendeu linguagem de sinais e não se expressa corretamente. Nulidade da sentença, 133

Numeração única: 0041117-42.2006.4.01.3800

Recurso Inominado 2006.38.00.702075-8/MG

Relator: Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes (convocado)

Breviário

135

Conflito de competência. Súmula 235/STJ. Arts. 15 e 165 do RITRF – 1ª Região.

Ação rescisória. Erro de fato: não ocorrência. Violação a literal disposição de lei e documento novo. Pensão por morte. Amparo assistencial. Benefício vitalício.

Crime ambiental. Liberação de veículo apreendido pelo Ibama. Ato praticado por juiz de direito. Ausência de interesse direto e específico da Autarquia Federal. Incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o *mandamus*.

Risca de palavras consideradas injuriosas. Comunicação do fato à Ordem dos Advogados do Brasil. Ausência de ilicitude ou abusividade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Decisão em que se indeferiu a inicial do *writ* mantida.

Execução fiscal. Ação proposta fora do domicílio do devedor que é sede de vara federal. Competência relativa. Impossibilidade de declinação *ex officio*.

Reintegração e reforma de militar temporário. HIV. Aids. Reforma no mesmo grau hierárquico. Leis 6.880/1980 e 7.670/1988.

Policial Rodoviário Federal. Reintegração. Cerceamento de defesa. Regularidade do procedimento administrativo disciplinar. Pena de demissão. Inexistência de nulidade. Não ocorrência de prejuízo.

Crime contra o meio ambiente. Destruição de flora, em área de preservação permanente. Descabimento. Imóvel que não teve seu domínio transferido ao denunciado. Existência de lesão a bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias e empresas públicas. Competência da Justiça Federal.

Uso de documento falso. Código Penal. Dolo. Ausência de comprovação.

Concurso público. Polícia Federal. Edital que delimita o número de provas a serem corrigidas em função do número de vagas oferecidas. Possibilidade.

Anistiado político. Portaria do ministro da Justiça. Execução de valores referentes à reparação econômica. Título executivo extrajudicial. Preenchimento dos requisitos de existência e exigibilidade.

Conselho Regional de Contabilidade. Baixa no registro *ex officio*. Resolução 867/1999. Anuidade. Inadimplência.

Execução fiscal. Bloqueio de ativos financeiros. Penhora de valores depositados em contas destinadas à percepção de salários. Impossibilidade.

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 100 • volume 905 • março 2011 • p. 1-912

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID

(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),

registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990

(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel.: 0800-702-2433

www.rt.com.br

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

PRIMEIRA SEÇÃO

Política brasileira para as mudanças globais de clima ÉDIS MILARÉ.....	21
---	----

SEGUNDA SEÇÃO

Direito à identidade genética ou direito ao reconhecimento das origens e a reprodução assistida heteróloga EDISON TETSUZO NAMBA	67
--	----

Solucionando o conflito entre o direito à imagem e a liberdade de expressão: a contribuição da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos EDSON BEAS RODRIGUES JR.	88
--	----

Terceira Seção

Desconsideração da personalidade jurídica: uma análise a partir da coerência e integridade em Ronald Dworkin BÁRBARA HELENA SIMÕES E RAFAEL SIMIONI	105
--	-----

PARECER CIVIL

A relatividade dos efeitos contratuais e a autonomia da pessoa jurídica

CRISTIANO DE SOUSA ZANETTI..... 119

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS CIVIS

1. Jurisprudência Seleccionada e Anotada

- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – CSLL – Exportação – Interpretação quanto ao alcance da norma de exoneração tributária que foi incluída no Texto Magno, pelo constituinte derivado, em favor das empresas exportadoras – Distinção entre os conceitos de lucro e receita – Tese de exegese restritiva que se impõe sobre a tese de ampliação teleológica – Inteligência do art. 149, § 2.º, I, da CF/1988 137

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

1. Supremo Tribunal Federal

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Ação direta de inconstitucionalidade – Requerimento de modulação dos efeitos sem anterior pedido nesse sentido 139
- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – Técnica de modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade 140
- SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES – Internet – Lei distrital que proíbe concessionárias federais de cobrarem taxas pela inclusão de segundo ponto de acesso à rede mundial 154
- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Estabelecimento de ensino – Minистраção de língua estrangeira como atividade de cunho assistencial 160
- IMPOSTO DE RENDA – Pessoa jurídica – Base de cálculo – Lucro real – Limitação percentual ao abatimento de prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores 165

Repercussão Geral – Casos

- CADASTROS DE INADIMPLÊNCIA – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Inscrição de Município em tal cadastro restritivo sem a instauração da Tomada de Conta Especial 169

DECISÕES

Acórdãos

- COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA – Supremo Tribunal Federal – Litígio existente entre empresa pública federal e Município..... 173
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Constituição Estadual que autoriza a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas, pelo Governador, se inexistirem auditores ou membros do *Parquet* aptos à nomeação..... 178
- APOSENTADORIA ESPECIAL – Magistério – Servidor público – Inclusão das funções de direção, assessoramento e coordenação pedagógica na contagem de tempo de serviço..... 184
- SERVIÇO PÚBLICO – Radiodifusão – Transmissão do programa “A Voz do Brasil” em horário alternativo..... 187
- PROVA – Indeferimento da oitiva de testemunhas – Anterior descumprimento de comparecimento com os depoentes, independente de intimação, em audiência previamente designada..... 192

2. Superior Tribunal de Justiça

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

- DIREITO AUTORAL – Ação de cobrança – Entidade de serviços sociais que realiza *show* de música ao vivo em suas dependências sem remunerar os respectivos artistas..... 195
- LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – Ação indenizatória – Dano moral – Aquisição de veículo automotor novo com defeitos de fábrica – *INDENIZAÇÃO* – Dano moral – Aquisição de automotor novo com defeitos de fábrica permutado por outro veículo zero quilômetro que também apresentava graves vícios 199
- CONSUMIDOR – Veículo automotor – Vício de qualidade – Obrigatoriedade de substituição por novo automóvel 200
- INTERDIÇÃO – Curatela – Suspensão do exercício da função de curador sem a instauração de procedimento próprio..... 208

DECISÕES

Acórdãos

- RECURSO ESPECIAL – Medida cautelar – Deputado estadual – Agente político condenado por improbidade administrativa que quer ver afastada sua condição de inelegibilidade..... 219
- ATO ADMINISTRATIVO – Servidor público – Exclusão – Policial militar que, embora absolvido em crime de homicídio, é excluído, pelo mesmo fato, da corporação..... 223

• COMPRA E VENDA – Contrato – Rescisão – Pedido embasado em razão de descumprimento de cláusulas contratuais	228
• CONCESSÃO COMERCIAL – Contrato – Rompimento – Veículo automotor.	235
• HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Revisão pelo Superior Tribunal de Justiça	242
• SENTENÇA – Julgamento <i>ultra petita</i> – Decisão com supedâneo em interpretação lógico-sistemática que considera de forma ampla o pedido deduzido na exordial	245

3. Tribunal de Justiça de São Paulo

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

• AÇÃO INDENIZATÓRIA – Dano moral – Abandono afetivo – Genitor adimplente com a obrigação alimentícia que possui ínfimo contato com sua prole.....	249
• OBRIGAÇÃO DE FAZER – Exclusão de página da Internet por hospedar jogo eletrônico com personagens religiosos envolvidos a cenas de violência	
• INDENIZAÇÃO – Dano moral coletivo – Jogo eletrônico, de conteúdo violento, que é protagonizado pela imagem de importante profeta islâmico e disponibilizado na Internet.....	253
• PODER DE POLÍCIA – Meio ambiente – Órgão de fiscalização ambiental que detecta bactéria altamente contagiosa na plantação de particulares	258

DECISÕES

Acórdãos

• INDENIZAÇÃO – Dano moral – Relação de consumo – Responsabilidade por fato de serviço – “Sequestro relâmpago” ocorrido no interior do estacionamento de supermercado que se qualifica como fortuito interno.	262
• CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Penhora – Sociedade limitada – Construção incidente sobre quotas de sociedade de advogados • OBRIGAÇÃO DE FAZER – Cumprimento de sentença – Astreintes – Redução da multa fixada em valor global excessivo	267
• CONSUMIDOR – Prestação de serviços – Hospital – Prática abusiva.....	271
• USUCAPIÃO – Município que se opõe a aquisição de propriedade, sob a alegação de que o bem é público, após cobrar IPTU do detentor do imóvel, por três décadas	278
• ISS – Cessão do direito de uso de marca – Atividade descrita em legislação federal e municipal como tributável	280

4. Justiça dos Estados

DECISÕES

Acórdãos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- REVELIA – Citação – Pessoa jurídica – Réu ausente – Cientificação por meio de diretor da filial • PROMESSA DE COMPRA E VENDA – Rescisão contratual – Onerosidade excessiva 285

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Corretor de seguros – Ação cautelar – Exibição de documentos – Contrato – Seguro de vida • SEGURO DE VIDA – Indenização – Segurada que recebe o prêmio por doença e continua pagando as mensalidades do contrato até vir a falecer..... 293

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Cumprimento da sentença – Novo trabalho de patrono que implica retribuição pelo serviço prestado 299

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – Ação de cobrança – Condomínio – Despesas condominiais – Penhora – Usufruto – Constituição do administrador como usufrutuário, do imóvel penhorado, até a quitação da dívida 302

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

- INVENTÁRIO – Modalidade negativa – Procedimento que é consagrado pela doutrina e jurisprudência e visa à comprovação de inexistência de bens deixados pelo falecido • LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ministério Público – Inventário negativo 305

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- CONSUMIDOR – Instituição financeira – Alienação fiduciária – Contrato de adesão – Documento que se encontrava ilegível • ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – Veículo automotor – Busca e apreensão – Liminar 309

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

- MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO – Impetração contra lei em tese • ICMS – Serviços de telecomunicação – Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária que prevê a incidência do tributo sobre atividades não compreendidas como de telecomunicações 314

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

- EMBARGOS À EXECUÇÃO – Efeito suspensivo – Oposição antes da vigência da Lei 11.232/2005 319

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

- REPETIÇÃO DO INDÉBITO – Devolução em dobro de valores cobrados indevidamente 322

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- AÇÃO MONITÓRIA – Petição inicial – Extinção sem julgamento do mérito 327

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- MEDIDA CAUTELAR – Abuso à liberdade de expressão – Concessão de liminar, intentada por Município, para proibir campanha televisiva denominada “adote um buraco” 331

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Danos moral e material – Cirurgia de laqueadura de trompas – Consumidora submetida à intervenção cirúrgica que engravida após certo tempo 336

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

- EXECUÇÃO – Título executivo extrajudicial – Contrato – Acompanhamento de nota promissória sem eficácia cambiária suprima pelo termo de confissão de dívida 342

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- DANO MORAL – Direito à imagem – Ação indenizatória – Publicação não autorizada de reportagem, em revista de grande circulação, que expõe a vida privada de famosa atriz de televisão e de sua família 346

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- COMPETÊNCIA – Execução fiscal – Falência superveniente da empresa executada 353

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- PROVA – Perícia – Dispensa – Responsabilidade civil – Erro médico – Equívoco em diagnóstico 356

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – Município – Lei municipal que prevê a instalação de bebedouros e sanitários acessíveis em todas as agências bancárias da região • PROVA – Banco – Morosidade no atendimento • CERCEAMENTO DE DEFESA – Julgamento antecipado da lide • ESTATUTO DO IDOSO – Ação civil pública – Relação de consumo – Banco – Obrigação de fazer – Demanda que visa compelir instituição financeira a garantir atendimento prioritário e eficiente para pessoas idosas • OBRIGAÇÃO DE FAZER – Instituição financeira – Cumprimento de determinação judicial – Astreintes – Redução • HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Arbitramento – Majoração..... 359

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

- DENUNCIÇÃO DA LIDE – Cadastros de inadimplência – Relação de consumo – Ação indenizatória – Dano moral – Inclusão do órgão de proteção ao crédito no polo passivo da demanda 366

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- MEIO AMBIENTE – Medida cautelar – Interdição e paralisação de estabelecimento comercial 371

5. Tribunais Regionais Federais

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

2.^a REGIÃO

- REPETIÇÃO DO INDÉBITO – Compensação tributária – Sentença declaratória – Recebimento do crédito por via de precatório ou requisição de pequeno valor..... 375

4.^a REGIÃO

- PODER DE POLÍCIA – Meio ambiente – Técnicos do Ibama – Competência para fiscalização e autuação de práticas infracionais • MEIO AMBIENTE – Auto de infração – Pesca profissional – Apreensão de grande quantidade de peixes de mais de uma espécie controlada, sem a devida licença ambiental 379

DECISÕES

Acórdãos

1.^a REGIÃO

- MEDIDA CAUTELAR – Atentado – Esbulho possessório – Agente que realiza mudança de localização de cerca, violando área na qual o Incra se encontrava imitado provisoriamente na posse..... 384
- TRIBUTO – IRPJ e CSLL – Redução da base de cálculo – Benefício fiscal – Serviços hospitalares 386

2.^a REGIÃO

- CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Incidência tributária sobre pagamento efetuado a arranjadores e músicos que participam de gravações fonográficas 393

4.^a REGIÃO

- ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – União – Saúde pública – Autor que requer em ação o atendimento imediato por ente político de consulta periódica necessária após cirurgia de tumor • DANO MORAL – Indenização – Saúde pública – Demora no atendimento médico de retorno, por Estado, após cirurgia de tumor 396

5.^a REGIÃO

- BEM DE FAMÍLIA – Indisponibilidade de bens – Proprietário que não possui outros bens disponíveis. 401
- REGISTRO PROFISSIONAL – Empresa que comercializa rações e medicamentos veterinários sem registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária 403

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

PRIMEIRA SEÇÃO

Norma penal como norma de conduta

LUIZ REGIS PRADO..... 411

SEGUNDA SEÇÃO

Seguridad por libertad: un paso atrás en el modelo penal garantista tras la última reforma del Código Penal de 2010

CLAUDIA DE MIRANDA AVENA 439

TERCEIRA SEÇÃO

O direito ao silêncio e a nulidade da prova nos crimes contra a ordem tributária

RICARDO NUSSRALA HADDAD 457

JURISPRUDÊNCIA PENAL

1. Supremo Tribunal Federal

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

- SUSPENSÃO DO PROCESSO – Revogação do benefício após período de prova 483
- CORRUPÇÃO DE MENORES – *Abolitio criminis* – Agente que leva infante à prática de mendicância..... 491

Repercussão Geral

- BUSCA E APREENSÃO – Violação de domicílio – Prova ilícita – Tráfico ilícito de drogas 495

DECISÕES

Acórdãos

- SENTENÇA – Decisão condenatória – Inquérito policial – Prova..... 499
- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Descaminho – Montante inferior a dez mil reais infirmado pela existência de outro processo com tributo também sonogado que ultrapassa, conjugados, a esse valor..... 513
- EXECUÇÃO PENAL – Unificação da pena – Cometimento de novo crime pelo condenado..... 516
- AÇÃO PENAL – Trancamento – Crime contra a ordem tributária – Agente que frauda documento para burlar fiscalização tributária..... 519
- CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Fraude à licitação – Majoração substancial do preço..... 524
- ROUBO – Concurso formal – Agente que, mediante grave ameaça, subtrai pertences de diferentes pessoas em salão de beleza..... 528

2. Superior Tribunal de Justiça

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

- PROVA – Testemunha – Flexibilização do limite máximo de oito depoentes por fato delituoso..... 533
- CRIME DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR – Ex-presidente de clube de futebol que, enquanto dirigia o estabelecimento, teria impedido, sem justificativa, a aquisição de cota da agremiação por mulher negra 543
- BUSCA E APREENSÃO – Inquérito policial – Instauração de procedimento resultante de investigação realizada em escritório de advocacia 548
- CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – Fabricação e manutenção, em desacordo com as normas regulamentadoras, de vinho em depósito..... 560

DECISÕES

Acórdãos

- CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE – Agente que cerca área verde pública para construir uma quadra de areia e um campo de futebol 565

• MEDIDA DE SEGURANÇA – Extinção da punibilidade – Homicídio qualificado – Prescrição.....	573
• PRISÃO PREVENTIVA – Lavagem de dinheiro – Tráfico transnacional de drogas – Excesso de prazo para a formação da culpa – “Operação Caravelas”	583
• PRISÃO PREVENTIVA – Tráfico ilícito de drogas – Réu que, apesar de estrangeiro, possui vínculos familiares e boa condição econômica no Brasil, além de ter vindo ao país duas vezes depois de iniciadas as investigações	596
• ROUBO – Tentativa – Crime que se consuma tão logo o infrator se apodere do bem	601

3. Tribunal de Justiça de São Paulo

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

• CRIME DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR – Dono de loja em <i>shopping center</i> que, devido à vestimenta simples e em razão de coloração de pele de adolescente, impede sua presença em estabelecimento.....	607
• DUPLICATA SIMULADA – Agentes que emitem duplicatas referentes a vendas inexistentes e as apresentam para desconto.....	613
• CORRUPÇÃO DE MENORES – Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.....	617
• CRIME DE TRÂNSITO – Arguição de inconstitucionalidade – Art. 305 da Lei 9.503/1997 que incrimina a fuga do motorista do local do acidente automobilístico	619

DECISÕES

Acórdãos

• PENA – Comutação – Falta grave – Óbice ao benefício.....	630
• CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA – Coação no curso do processo – Agente que coage testemunha funcionária pública a depor favoravelmente à Administração, sob a ameaça de suspender suas horas extras • AÇÃO PENAL – Coação no curso do processo – Suspensão do processo	631
• VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – Lesão corporal – Concurso material – Agente que agride a filha e, sendo reprimido pela ex-mulher, também lhe causa lesões de natureza leve • PENA – Violência doméstica – Lesão corporal de natureza leve – Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	634

- PRONÚNCIA – Homicídio – Desclassificação para infanticídio – Mãe que, logo após o parto, coloca filha recém-nascida numa sacola e a joga no lixo, causando-lhe a morte..... 637

4. Justiça dos Estados

DECISÕES

Acórdãos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- COMPETÊNCIA – Peculato – Arrecadação indevida de donativos por oficial do Corpo de Bombeiros 641

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

- CRIME DE TRÂNSITO – Embriaguez ao volante – Exame de alcoolemia que é impossibilitado..... 646

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- ROUBO – Tentativa – Desclassificação para furto tentado – Agente que pediu à vítima que lhe entregasse seu celular, segurando-a pelo braço 652

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- CONTRAVENÇÃO PENAL – Exercício ilegal de profissão ou atividade – Agente que exerce irregularmente a atividade de corretor de imóveis e mantém imobiliária sem registro no órgão competente 656

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

- CONSTRANGIMENTO ILEGAL – Agente viciado em drogas que ameaça sua genitora a fim de hospedar-se em sua residência..... 659

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- HOMICÍDIO – Tentativa – Desclassificação para lesão corporal leve – Agente que, portando diversas munições, efetua um disparo de arma de fogo contra o antebraço da vítima, região de improvável letalidade..... 663

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

- *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO – Constrangimento ilegal – Crime contra a ordem tributária – Carta precatória – Intimação..... 666

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

- EXECUÇÃO PENAL – Regime prisional – Progressão – Concessão do benefício sem prévia manifestação do Ministério Público..... 669

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

- AMEAÇA – Embriaguez voluntária – Agente que, embriagado, ameaça as vítimas por diversas vezes, intimidando-as • PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO – Crimes de ameaça e invasão de domicílio – Agente que invade a casa da vítima, quebrando os móveis que a guarnecem e ameaça o filho da mesma noutra ocasião • PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Lesão corporal de natureza leve – Agente que desfere tapa na face de adolescente, causando-lhe lesões leves..... 671

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- FURTO – Tentativa – Desclassificação para furto de uso – Agente que alega ter o intuito de utilizar veículo para, em seguida, devolvê-lo ao proprietário • FURTO – Tentativa – Desistência voluntária – Veículo visado para subtração que, por não funcionar, impede o prosseguimento da empreitada delitiva • ROUBO QUALIFICADO – Desclassificação para furto – Delito praticado com arma de fogo considerada imprópria para uso • ROUBO QUALIFICADO – Tentativa – Emprego de arma de fogo – Afastamento da majorante • PENA – Roubo qualificado – Tentativa – Redução da reprimenda estabelecida no art. 14, II, do CP 678

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- COMPETÊNCIA – Tráfico ilícito de drogas – Agentes que comercializam, clandestinamente, medicamentos de uso restrito..... 686

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- PRISÃO EM FLAGRANTE – Relaxamento – Estelionato – Fraude no pagamento por meio de cheque • AÇÃO PENAL – Trancamento – Estelionato – Fraude no pagamento por meio de cheque – Agente que se hospeda em hotel e fornece cheque pós-datado como garantia 690

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- RECURSO – Deserção – Falta de preparo – Furto qualificado – Ação penal privada subsidiária da pública..... 694

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

- ROUBO QUALIFICADO – Emprego de arma de fogo – Ausência de apreensão e de exame pericial acerca da potencialidade lesiva da arma que não afastam a qualificadora 698

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- FALSA IDENTIDADE – Acusado que, sem mais integrar a Polícia Militar, apresenta a policial militar fotocópia de carteira funcional 702

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – Agente que agride psicológica e moralmente ex-esposa de atual namorado 704

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- CONTRAVENÇÃO PENAL – Abandono de animal em via pública – Agente que deixa seus cavalos em terreno fechado, sendo eles soltos por terceiros e apreendidos pastando em praça pública 708

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

- FURTO DE USO – Agente que ao adentrar em residência da vítima, solicitando empréstimo de ferramenta, furta-lhe uma bicicleta e foge do local 711

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- PROVA – Inversão do ônus – Crime contra a assistência familiar – Abandono material • CRIME CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR – Abandono material – Inadimplência de pensão alimentícia..... 714

5. Tribunais Regionais Federais

DECISÕES ANOTADAS

Acórdãos

1.ª REGIÃO

- COMPETÊNCIA – Crime contra a liberdade individual – Redução a condição análoga à de escravo 721

- CRIME CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL – Redução a condição análoga à de escravo – Vítimas, inclusive adolescentes, que eram submetidas, por fazendeiro, a trabalho degradante e de total desprezo a condições mínimas de alimentação e alojamento..... 722

4.ª REGIÃO

- PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA – Testemunha – Revelia – Réu revel citado por edital – Suspensão do processo e do curso do prazo prescricional..... 740

DECISÕES

Acórdãos

1.ª REGIÃO

- CONCURSO FORMAL – Crime contra o meio ambiente e de usurpação de matéria prima pertencente à União • PENA – Circunstância atenuante – Confissão espontânea..... 745

2.ª REGIÃO

- PRESCRIÇÃO – Denúncia – Rejeição – Estelionato – Crime praticado em detrimento da Previdência Social..... 754
- PRONÚNCIA – Homicídio qualificado – Concurso de pessoas – Militar pronunciado por render e deixar três moradores de morro carioca em local inóspito, a mercê de traficantes do morro rival 757

4.ª REGIÃO

- DENÚNCIA – *Emendatio libelli* – *Parquet* que, ao tipificar conduta de forma evidentemente inadequada, prejudica a defesa do acusado, possibilitando a medida antes da prolação da sentença 762

5.ª REGIÃO

- CRIME CONTRA A FÉ PÚBLICA – Falsificação de sinal empregado pelo Poder Público • ESTELIONATO – Pagamento realizado à empresa gráfica, por meio de cheque sem provisão de fundos, para prestação de serviço ilícito 765
- CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA – Reingresso de estrangeiro expulso 767

6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo

DECISÕES

Acórdãos

- REVISÃO CRIMINAL – Prova nova – Depoimento testemunhal – Testemunha que se retrata dez anos após depor em juízo 777
- CRIME MILITAR – Homicídio culposo – Militar que, dormindo em posto policial, guarda seu revólver junto ao travesseiro e, ao acordar assustado, dispara acidentalmente em colega de farda, provocando-lhe óbito 780

VOCABULÁRIO JURÍDICO

Pacta sunt servanda

ANA PAULA CAZARINI RIBAS DE OLIVEIRA 785

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Da inconstitucionalidade e da ilegalidade da Resolução 106, de 06.04.2010, do Conselho Nacional de Justiça

ARTUR CÉSAR DE SOUZA 813

MEMÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

Páginas Destacadas. Evolução contemporânea do direito contratual
Dirigismo – Imprevisão

SAN TIAGO DANTAS 843

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

MATÉRIA CIVIL 861

MATÉRIA PENAL 887

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 905

Revista dos TRIBUNAIS

Ano 100 • vol. 906 • abril / 2011

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID (*DJU* 23.10.1985, p. 18861), registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990 (*DJU* 06.06.1990, p. 5171).

PUBLICAÇÃO OFICIAL

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

das 1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

de São Paulo

PUBLICAÇÃO NÃO OFICIAL

Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar e Tribunal Regional Federal da 3.ª Região

APRESENTAÇÃO.....	5
 DOCTRINA	
ADMINISTRATIVO	
Delegação de competência: exame de delegação invocada pela Corregedoria do CNJ FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS	29
 AMBIENTAL	
Gestão de resíduos de serviços de saúde e meio ambiente: inter- face da legislação Brasil-Alemanha MATILDE DE PAULA SOARES, EDSON LUIZ PETERS, KLAUS MARTIN FISCHER E VALMA MARTINS BARBOSA	63
 CIVIL – CONTRATOS	
Renegociação contratual NELSON NERY JUNIOR E THIAGO RODOVALHO DOS SANTOS.....	113
 CONSTITUCIONAL	
Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI.....	159
 INTERNACIONAL	
O novo Direito Internacional Privado chinês: aspectos gerais e contratuais (A propósito da nova <i>Lei da República Popular da</i> <i>China</i> , de 28.10.2010) GUSTAVO VIEIRA DA COSTA CERQUEIRA.....	181

PENAL

A impunidade da macrodelinquência econômica desde a perspectiva criminológica da teoria da aprendizagem LUIZ FLÁVIO GOMES.....	231
---	-----

PROCESSO CIVIL

Eficácia temporal da revogação da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores LUIZ GUILHERME MARINONI.....	255
---	-----

PROCESSO PENAL

Presunção de culpa, pena antecipada e paradigma da ilegalidade: as antíteses do Estado Democrático de Direito GUILHERME DE SOUZA NUCCI.....	287
--	-----

TRABALHO

Assédio por competência nas relações de trabalho MANOEL JORGE E SILVA NETO.....	319
--	-----

TRIBUTÁRIO

Aspectos jurídico-tributários concernentes ao aproveitamento de ágio IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	331
---	-----

JURISPRUDÊNCIA GERAL

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- INTERVENÇÃO FEDERAL – Representação interventiva postulada por violação à República, à democracia e ao sistema representativo – Resenha por DENISE VARGAS

1. Acórdãos

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que, sob a égide da EC 20/1998, criou contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos inativos e pensionistas 409
- SERVIDOR PÚBLICO – Processo administrativo disciplinar – Demissão – Advogado – Ausência de patrono constituído 427
- MINISTÉRIO PÚBLICO – Poderes investigatórios – Denúncia – Exordial acusatória fundada em peças de informação e depoimentos obtidos pelo próprio *Parquet* 435
- MAGISTRADO – Impedimento – Ação penal – Denúncia – Juiz que recebe exordial acusatória após ter condenado o acusado, pelos mesmos fatos, em ação civil pública 444
- *HABEAS CORPUS* – Impetração contra decisão de relator de Tribunal Superior que indeferiu liminar • PRISÃO PREVENTIVA – Vítima ameaçada pelo paciente – Manutenção da custódia cautelar • HOMICÍDIO – Tentativa – Desclassificação para perigo de contágio de moléstia grave – Agente que, ocultando deliberadamente o fato de ser portador do vírus HIV, mantém relacionamento sexual com três mulheres 452
- CRIME IMPOSSÍVEL – Furto qualificado – Ineficácia absoluta do meio empregado – Agente, vigiado por equipamento de vigilância eletrônica, que atravessa estabelecimento comercial, com a *res* dentro de uma sacola, e que é posteriormente impedido, pelos seguranças da loja, de sair do local 469
- INQUÉRITO POLICIAL – Arquivamento implícito – Denúncia – Não oferecimento, de imediato, da inicial acusatória contra todos os indiciados 480
- ICMS – Diferencial de alíquotas – Cobrança dirigida a empresa de construção civil 489
- LEGITIMIDADE *AD CAUSAM* – Capacidade postulatória – Recurso interposto por Câmara Legislativa 493

2. Repercussão Geral – Casos

- IPI – Base de cálculo – Discussão sobre a constitucionalidade do art. 3.º da Lei 7.798/1989 que estabelece valores pré-fixados para o valor da referida operação 500

- **COMPETÊNCIA** – Honorários de advogado – Ação de cobrança – Julgamento na Justiça do Trabalho de crédito arbitrado em favor de advogado dativo nomeado em ações processadas na Justiça comum..... 504

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- **PRISÃO EM FLAGRANTE** – Flagrante preparado – Crime contra a saúde pública – Policial que, ao se fazer passar por usuário, adquire de agente substância anabolizante 513
- **ADVOGADO** – Prisão especial – Recolhimento em sala de Estado-Maior até o trânsito em julgado da sentença condenatória – Resenha por MARCO ANTONIO ARAUJO JUNIOR 520
- **TRIBUTO** – Microempresa e empresa de pequeno porte – Simples Nacional – Inclusão condicionada à inexistência de débito perante quaisquer Fazendas Públicas..... 526
- **EXECUÇÃO PENAL** – Livramento condicional – Estrangeiro – Decreto de expulsão do país que será cumprido após o término da prisão..... 539
- **PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA** – Moeda falsa – Mínima ofensividade balizada pela qualidade da falsificação e não diretamente ao montante total contrafeito • **PENA** – Circunstância atenuante – Agente menor de 21 anos à época do fato e que confessa o crime..... 546
- **DENUNCIACÃO CALUNIOSA** – Ação penal – Modalidade privada subsidiária da pública • **QUEIXA-CRIME** – Denúnciação caluniosa – Ação penal – Ofendido que, de forma supletiva, encaminha representação criminal 554
- **CRIME CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL** – Violação de direito autoral – Agente que comercializa CDs e DVDs piratas..... 565
- **RELAÇÃO DE CONSUMO** – Pessoa jurídica – Contrato – Celebração de avença por estabelecimento comercial realizado para o fomento de sua atividade • **JUROS** – Limitação – Estabelecimento comercial – Cobrança de “taxa de desconto”, para operações de antecipação de pagamento de valores de transações realizadas com cartão de crédito, que corresponde a juros compensatórios 570
- **PROCESSO LEGISLATIVO** – Lei de Propriedade Industrial – *Vacatio legis* – Patentes *pipeline* – Pedido depositado exatamente 12 meses após a data de publicação da referida norma..... 583

860	• RECURSO ESPECIAL – Falta de prequestionamento – Ofensa ao art. 113 do CPC que não foi objeto de discussão na instância <i>a quo</i> • RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Benefício de suspensão das ações e execuções judiciais ajuizadas contra a empresa recuperanda – Extensão dos efeitos suspensivos ao sócio avalista	593
760	• SEGURO DE VIDA EM GRUPO – Agravamento do risco pelo contratante – Segurado falecido após conduzir veículo em alta velocidade	606
205	• PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL – Violação – Julgamento proferido por Câmara majoritariamente composta por juizes convocados • RECURSO ESPECIAL – Questões que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foram apreciadas pelo Tribunal <i>a quo</i> • BEM DE FAMÍLIA – Penhora – Constrição incidente sobre parte ideal de bem imóvel • BEM DE FAMÍLIA – Penhora – Imóvel residencial, de elevado valor, com características de luxo e suntuosidade	615
110	• PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL – Violação – Julgamento promovido, majoritariamente, por juizes convocados – Hipótese de convocação por auxílio • PARTILHA – Ação anulatória – Ex-esposa que, mediante dolo e coação do ex-esposo, assina acordo notoriamente desfavorável	627
100	• RECURSO – Intempestividade – Comprovação da suspensão do prazo processual de documento extraído da Internet, sem o certificado digital	638

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

850	• CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Aviso-prévio indenizado	651
850	• CONTRATO DE TRABALHO – Verbas trabalhistas – Sucessão de empresas – Pretendida responsabilidade solidária da empresa adquirente pelos empregados de entidades do grupo econômico a que pertencia a empresa adquirida – Resenha por LUCIANO VIVEIROS	655

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

710	• ELEIÇÕES – Pleito de 2010 – Divulgação de resultado de enquête • PESQUISA ELEITORAL – Multa – Enquete divulgada sem os devidos esclarecimentos – Sanção fixada abaixo do mínimo legal	671
710	• PROPAGANDA PARTIDÁRIA – Desvirtuamento – Peça publicitária destinada à promoção pessoal de filiado, eximindo-se da discussão de temas de interesse político-partidário – Resenha por LEANDRO DE OLIVEIRA STOCO	679

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- DESAFORAMENTO – Dificuldade para composição do Conselho Especial de Justiça – Resenha por EDSON LUZ KNIPPEL..... 689
- CRIME CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR – Abandono de posto..... 697

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

TRF-1.ª Região

- FIANÇA – Locação – Prorrogação do contrato locatício por prazo indeterminado..... 705
- CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Sonegação de contribuição previdenciária – Extinção da punibilidade • PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO – Sonegação de contribuição previdenciária e falsificação de documento público..... 711
- CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Incidência sobre valores pagos a título de aviso prévio indenizado • MANDADO DE SEGURANÇA – Compensação tributária – *Mandamus* impetrado após a vigência da LC 104/2001 – Ressarcimento de créditos, provenientes de controvérsia judicial com trânsito em julgado, por débitos de quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil..... 717

TRF-2.ª Região

- DIREITO AUTORAL – Indenização – Danos moral e material – Artigo científico que é publicado em periódico, de forma assemelhada a uma entrevista, sem o consentimento do autor..... 727
- ESTRANGEIRO – Opção pela nacionalidade brasileira – Requerente, nascido em solo alienígena, que é filho adotivo de pai naturalizado brasileiro e de mãe brasileira nata – Resenha por LUCIANO ALVES ROSSATO..... 732
- CRIME CONTRA A FÉ PÚBLICA – Selo de controle – Ação penal – Trancamento – Apreensão de relógios faltos de selo oficial do IPI..... 739

TRF-4.ª Região

- TRIBUTO – Decadência – Execução fiscal – Contribuinte notificado, pela autoridade administrativa, de medida preparatória indispensável ao lançamento..... 743

- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Contrabando – Agente que importa irregularmente pequena quantidade de medicamento controlado para uso próprio..... 750

TRF-5.ª Região

- CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE – Delito contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural – Reforma de imóvel situado no entorno do Centro Histórico..... 756
- SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES – Utilização de conexão de Internet banda larga atrelada a contratação de provedor de acesso • CONSUMIDOR – Prestação de serviços – Serviço de telecomunicações – Internet – Banda larga – Contrato de adesão – Cláusula contratual que restringe a liberdade do usuário em contratar com o provedor de acesso de sua preferência 760
- LATROCÍNIO – Tentativa – Desclassificação para homicídio tentado – Agente que, após roubar numerário de empresa pública federal, troca disparos com policial para assegurar o produto do roubo 774

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- PENA – Crime de trânsito – Agente que viola a suspensão ou a proibição da habilitação para dirigir veículo automotor – Não aplicação da disposição impositiva adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição..... 781
- CASA DE PROSTITUIÇÃO – Agente que mantém bar destinado a encontros de meretrizes com clientes, que depois se dirigiam a um hotel apartado do local..... 784
- DIREITO À EDUCAÇÃO – Ação civil pública – Tutela antecipatória – Obrigação de fazer – Demanda que visa compelir o Município a não reunir alunos de diferentes séries em uma mesma classe 787
- DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – Modalidade inversa – Execução – Pessoa jurídica – Encerramento irregular – Penhora – Não existência de bens passíveis de constrição – Resenha por PAULO ROBERTO BASTOS PEDRO..... 791
- EXECUÇÃO PENAL – Falta grave – Amásia de preso que, ao visitá-lo, tenta adentrar no estabelecimento prisional com invólucro de cocaína escondido em seu órgão sexual..... 800

- MANDADO DE SEGURANÇA – Impetração visando impedir a incidência de lei estadual antifumo sobre casa de tabacaria..... 804
- PENA – Substituição de prestação de serviços à comunidade por entrega de cestas básicas à entidade carente 811
- LATROCÍNIO – Tentativa – Desclassificação para roubo – Agente que, ao tentar subtrair dinheiro de vítima, efetua disparo de projétil contra sua cabeça – Falha da munição que permite a reação da vítima e evita nova tentativa de disparo • CRIME IMPOSSÍVEL – Latrocínio – Tentativa – Agente que, ao tentar subtrair dinheiro de vítima, não efetua disparo de projétil contra a cabeça da mesma devido à falha na munição 815
- RESPONSABILIDADE CIVIL – Ação indenizatória – Danos moral e material – Relação de consumo – Condomínio – *Shopping center* – Suposto cliente de centro comercial que, ao adentrar em sala de cinema com uma metralhadora escondida na mochila, subitamente dispara a esmo sobre o demandante e nas demais pessoas do local 820
- SAÚDE PÚBLICA – Fornecimento gratuito de medicamentos – Reprodução assistida – Casal infértil que deseja se submeter a tratamento de alta complexidade 825
- INTERVENÇÃO FEDERAL – Descumprimento de ordem judicial para pagamento de precatório alimentar 831

JUSTIÇA DOS ESTADOS

Tribunal de Justiça de Alagoas

- LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE – Acusado que, após ser ameaçado por vítima já lesionada, embriagada e desarmada, a agride continuamente 837

Tribunal de Justiça do Amapá

- ROUBO – Tentativa – Agente que, após puxar cordão do pescoço da vítima, não consegue arrancá-lo por ter ela reagido 843

Tribunal de Justiça da Bahia

- DESAPROPRIAÇÃO – Indenização – Ação anulatória de transação – Partes que adotam o valor venal do imóvel como critério do *quantum* indenizatório 850

Tribunal de Justiça do Distrito Federal

- CRIME CONTRA A FAUNA – Exposição à venda de animais silvestres..... 854
- SAÚDE PÚBLICA – Fornecimento gratuito de medicamentos – Portador de leucemia – Negativa do ente federativo em fornecer remédio necessário ao tratamento..... 861

Tribunal de Justiça do Espírito Santo

- SEPARAÇÃO JUDICIAL – Ação litigiosa – Possibilidade jurídica do pedido – Advento da EC 66/2010 no ordenamento jurídico pátrio que não mais exige os requisitos temporais do divórcio..... 870

Tribunal de Justiça de Goiás

- *HABEAS CORPUS* – Ilegalidade na decretação da custódia do paciente – Acusado condenado pela Lei de Imprensa, não recepcionada pela Constituição vigente, mas que possui tipo penal correspondente no Código Penal..... 876
- MULTA – Tributo – Obrigação acessória – Lei estadual que prevê multa de 25%, pelo descumprimento de encargo, sobre a base de cálculo da operação..... 879

Tribunal de Justiça do Maranhão

- MEDIDA CAUTELAR – Interdição de prédio – Pretensão municipal de interditar imóvel em razão de desenvolvimento de atividades comerciais sem o pagamento da respectiva licença 888

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

- COMPRA E VENDA – Indenização – Evição – Terreno que, ao ser adquirido em razão de sua metragem, afasta a alegação de venda *ad corpus*..... 894

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

- PREVIDÊNCIA SOCIAL – Aposentadoria por invalidez – Laudo pericial que atesta a incapacidade parcial, e não total e definitiva, para a atividade laborativa 898

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

- COISA JULGADA – Relativização – Ação anulatória – Pretensão de anular decisão transitada em julgado, fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal..... 903

- AÇÃO PENAL – Modalidade privada – Direito autoral – Crime de violação de direitos de uso e comercialização de programa de computador. 919

Tribunal de Justiça do Pará

- ICMS – Alíquota interestadual – Empresa dedicada a serviço de transporte municipal que adquire mercadorias, em outro Estado da Federação, para seu ativo imobilizado 926

Tribunal de Justiça do Paraná

- CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Pessoa jurídica – Reparação de danos – Ação indenizatória – Demanda proposta contra fabricante de automóvel por suposta falha no projeto do veículo 936

Tribunal de Justiça de Pernambuco

- CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Ação penal – Falta de justa causa – Persecução criminal iniciada com crédito fiscal pendente de lançamento na via administrativa fundada em jurisprudência dominante das Cortes Superiores à época do recebimento da exordial • CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Sonegação fiscal – Sócio-gerente de empresa – Agente que deixa de recolher ICMS, por presumir isenção em operações de remessas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus..... 949
- ISS – Execução fiscal – Município exequente que é omissor em apontar, na certidão de dívida ativa, a lei municipal instituidora do tributo 961

Tribunal de Justiça do Piauí

- CRIME DE TRÂNSITO – Homicídio culposo e lesão corporal culposa – Perdão judicial – Menor que, conduzindo veículo, acompanhado pelos pais e pelo progenitor, ocasionou o falecimento de um dos seus parentes e lesão em outro • CONCURSO DE PESSOAS – Perdão judicial – Extensão do benefício – Crime de trânsito – Genitor que permite filho dirigir, sem habilitação, seu carro, acompanhado de parentes, ocasionando o falecimento de um dos seus parentes e lesão em outro 966

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

- ICMS – Não cumulatividade – Creditamento – Mercadorias perecidas, deterioradas ou extraviadas – Critério de compensação condicionado à circulação da mercadoria • PROVA – Ônus – Execução fiscal – Embargos à execução – ICMS – Mercadorias perecidas, deterioradas ou extraviadas – Ausência de estorno..... 977

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

- FURTO QUALIFICADO – Concurso de pessoas e destreza – Vítimas que eram distraídas, pelos comparsas dos agentes, para que esses pudessem realizar a subtração sem despertar suspeitas do efetivo despojamento • CORRUPÇÃO DE MENORES – Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la..... 986
- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Sistema Financeiro de Habitação – Seguro – Ação indenizatória – Adquirente de imóvel, mediante "contrato de gaveta", que interpõe a demanda 997

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

- CONSUMIDOR – Ação indenizatória – Danos moral e material – Contrato de aluguel de vestido e de "tarde da noiva • DANO MORAL – Juros de mora – Termo inicial – Consumidor – Ação indenizatória • INDENIZAÇÃO – Cheque – Não possibilidade de ressarcimento de protesto incidente contra mero apresentante da cártula, devido a esse estar coberto pelo exercício regular de um direito • ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – Justiça gratuita – Honorários de advogado – Sucumbência recíproca 1002

Tribunal de Justiça de Rondônia

- MANDADO DE SEGURANÇA – Processo eleitoral – Partido político – Deputado estadual – Impetração por trânsfuga arrependido que, após retornar aos quadros do partido, deseja tomar posse do cargo no qual ele fora investido, como suplente, pela agremiação..... 1014

Tribunal de Justiça de Roraima

- DIREITO À EDUCAÇÃO – Ação civil pública – Resolução municipal que restringe o acesso escolar de educandos menores de seis anos de idade..... 1022

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

- PARTILHA – Distinção entre companheira e cônjuge sobreviventes para fins sucessórios – Resenha por JOSÉ CARLOS VAN CHEEF DE ALMEIDA SANTOS..... 1026

- CONCURSO MATERIAL – Pena – União das condutas de estupro e atentado violento ao pudor, com a superveniência da Lei 12.015/2009, que torna o tipo penal em misto alternativo..... 1038

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

- COMPETÊNCIA – Crime militar – Homicídio – Delito praticado dolosamente contra a vida de civil – Prática de diligências pré-processuais pela Justiça Militar..... 1047

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 1065

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 1111



REVISTA FORENSE

Volume 412 – ANO 106

NOVEMBRO – DEZEMBRO DE 2010

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

FUNDADORES

Mendes Pimentel

Estêvão Pinto

DIRETORES

Arruda Alvim

Thereza Arruda Alvim

Eduardo Arruda Alvim

Araken de Assis

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem

Eduardo Camargo Righi

Francisco Bilac Moreira Pinto Filho

Humberto Theodoro Júnior

Jorge Miranda



José Carlos Barbosa Moreira

José Ribas Vieira

Luiz Fux

Maria Mendez Rocalolano

Nelson Nery Costa



SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	IX
---	----

DOCTRINAS

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – A MULTA DO ART. 475-J DO CPC – <i>Ana Lúcia Barbetti</i>	3
NOTAS SOBRE O PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – <i>Arruda Alvim</i>	33
CLÁUSULAS PÉTREAS EXPANDIDAS – <i>Eduardo Moreira</i>	49
ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – <i>Eduardo Arruda Alvim e Daniel Willian Granado</i>	63
LOS PROCESOS PENALES EN EUROPA: LÍNEAS DE EVOLUCIÓN Y TENDENCIAS DE REFORMA – <i>Fernando Gascón Inchausti</i>	85
REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DA METÁFORA DO DIÁLOGO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CANADENSE – <i>Jean Leclair</i>	111
OS PRINCÍPIOS E A SUA PRÉ-COMPRENSÃO: A LIBERDADE DE INTERPRETAÇÃO COMO FUNDAMENTO DE VALIDADE DO SISTEMA JURÍDICO – <i>Lucas Pimenta Júdice</i>	145
O INTERROGATÓRIO DO RÉU POR VIDEOCONFERÊNCIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – <i>Luciane Castaldi Saggiore</i>	159
SISTEMA AGROINDUSTRIAL (SAG) COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE – <i>Kassia Watanabe e Decio Zylbersztajn</i>	205
DIREITO CONTRATUAL AGRÁRIO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MERCOSUL – <i>Roberto Grassi Neto</i>	223
A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DO PEDIDO INCONTROVERSO: QUESTÕES POLÊMICAS DERIVADAS DO ART. 273, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – <i>Rogério Luiz dos Santos Terra</i> ...	251
INSEGURANÇA JURÍDICA NA TRANSAÇÃO PENAL – <i>Vera Ribeiro de Almeida</i>	265

PARECERES

CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DO ART. 11 DA LEI N. 8.429/92. INELEGIBILIDADE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 135/10. NÃO INCIDÊNCIA – <i>Agassiz Almeida Filho</i>	295
DA CLÁUSULA GERAL DE BOA-FÉ OBJETIVA – <i>Everaldo Augusto Cambler</i>	303
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 116/10 E AS INCONSTITUCIONALIDADES DE SEUS ARTS. 9º, PARÁGRAFO ÚNICO, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31 E 36, INCS. III E IV – OPINIÃO LEGAL – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	317

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Supremo Tribunal Federal.....	331
Superior Tribunal de Justiça.....	333
Tribunal de Justiça de São Paulo.....	365

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Supremo Tribunal Federal.....	373
Superior Tribunal de Justiça.....	377
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	389

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

A NOVA ESTRUTURA E FUNÇÕES DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – <i>Ana Carolina Bergamaschi Arouca</i>	395
LIMITES IMANENTES À SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NA FASE DE CUMPRIMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS – <i>André Dias Fernandes</i>	405
ASPECTOS JURÍDICOS AMBIENTAIS NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL: UMA LEITURA DO NOVO MARCO REGULATÓRIO SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL – <i>Carlos José Saldanha Machado e Rodrigo Machado Vilani</i>	413
O FIM DA SEPARAÇÃO E A APLICAÇÃO DO DIVÓRCIO AOS PROCESSOS PENDENTES (EM CURSO) – <i>Cézar Santos</i>	429
A IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – <i>Fernando Gonzaga Jayme e Marina França Santos</i>	435
PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM FACE DA DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA – <i>Juliano Heinen</i>	449
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DIREITO (ESPECIALMENTE DO DIREITO INTERNACIONAL) NA PÓS-MODERNIDADE – <i>Luiz Flávio Gomes e Valerio de Oliveira Mazzuoli</i>	467

ÍNDICES

Índice Geral.....	489
Índice de Assuntos.....	497

Revista Jurídica®

ANO 58 – FEVEREIRO DE 2011 – Nº 401

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETORES

Elton José Donato

Marco Antônio Coutinho Paixão

DIRETORA EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich

Anderson Vichinkeski Teixeira – Antonio Janyr Dall’Agnol Jr.

Araken de Assis – Arruda Alvim – Carlos Alberto Molinaro

Cezar Roberto Bitencourt – Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustároz

Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim – Eduardo de Oliveira Leite

Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani – Fátima Nancy Andrighi

Fredie Didier Junior – Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior

Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes

J. J. Calmon de Passos (*in memoriam*) – João José Leal

José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner

José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci – Juarez Freitas

Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli

Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin – Luiz Guilherme Marinoni

Luiz Manoel Gomes Junior – Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena

Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)

Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)

Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno – Salo de Carvalho

Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto

Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

SUMÁRIO

07 ***Editorial***

Doutrina Cível

- 11 José Maria Rosa Tesheiner e Daniele Viafore
*(Da Proposta de “Redução do Número de Demandas e Recursos”
do Projeto de Novo CPC versus Acesso à Justiça)*
- 33 Alexandre Mota Brandão de Araújo
(A Tutela de Urgência e o Novo Código de Processo Civil)
- 49 Sérgio Gilberto Porto
*(Apontamentos sobre Duas Relevantes Inovações no Projeto de
um Novo CPC)*
- 63 Fernando Rister de Sousa Lima e Lucas Rister de Sousa Lima
*(Aspectos Práticos e Teóricos da Distinção Entre a Exceção de
Pré-Executividade e a Impugnação no Sistema de Cumprimento
de Sentença)*

Doutrina Penal

- 107 Leonardo Schmitt De Bem
(O Modelo de Tutela Penal Constitucional)
- 119 Eliomar da Silva Pereira
*(A Unidade dos Princípios de Processo Penal em Torno da Ideia-
-Síntese de Devido Processo Legal)*

Jurisprudência Cível

- 139 Superior Tribunal de Justiça
- 149 Superior Tribunal de Justiça
- 157 Tribunal Regional Federal da 1ª Região
- 165 Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- 177 Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Jurisprudência Comentada

- 183 Tribunal de Justiça de São Paulo
- 187 *(Pena Cominatória – Astreinte – Juros de Mora – Descabimento da Imposição de Juros Moratórios nas Astreintes Decorrentes de Cominação no Âmbito das Obrigações de Fazer. Acórdão comentado por Gislene Barbosa da Costa)*
- 191 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

- 211 Supremo Tribunal Federal
- 221 Superior Tribunal de Justiça
- 231 Ementário Penal

Índice Alfabético e Remissivo

- 243 Índice Alfabético e Remissivo

Revista Jurídica[®]

ANO 59 – ABRIL DE 2011 – Nº 402

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETORES

Elton José Donato

Marco Antônio Coutinho Paixão

DIRETORA EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich

Anderson Vichinkeski Teixeira – Antonio Janyr Dall’Agnol Jr.

Araken de Assis – Arruda Alvim – Carlos Alberto Molinaro

Cezar Roberto Bitencourt – Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustároz

Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim – Eduardo de Oliveira Leite

Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani – Fátima Nancy Andrighi

Fredie Didier Junior – Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior

Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes

João José Leal – José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner

José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci – Juarez Freitas

Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli

Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin – Luiz Guilherme Marinoni

Luiz Manoel Gomes Junior – Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena

Mariângela Guerreiro Milhoranza – Paulo Luiz Netto Lôbo

Rolf Madaleno – Salo de Carvalho – Sergio Cruz Arenhart

Sérgio Gilberto Porto – Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Luiz Felipe Otharan
(Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Como uma Alternativa às Ações Coletivas: Notas de Direito Comparado)
- 29 Glauco Gumerato Ramos
(Repensando a Prova de Ofício)
- 51 Marcos Catalan
(Reflexões Acerca da Eficácia da Promessa de Doação no Direito Brasileiro)
- 63 Guilherme Beux Nassif Azem
(Breves Considerações sobre a Sucumbência Recursal no Projeto do Novo Código de Processo Civil)

Doutrina Penal

- 67 Ricardo Jacobsen Gloeckner
(Razões (?) do Populismo Punitivo)
- 85 Nuno Caiado
(16 Pontos Críticos para a Construção de um Projeto de Vigilância Eletrônica Como Meio de Controle Penal)

Jurisprudência Cível

- 103 Superior Tribunal de Justiça
- 113 Superior Tribunal de Justiça
- 123 Superior Tribunal de Justiça
- 131 Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- 139 Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Jurisprudência Comentada

147 Superior Tribunal de Justiça

157 Tiago Bitencourt de David

*(Comentários ao Julgamento do Recurso Especial nº 1.194.166/RS
Que Decidiu pelo Cabimento de Embargos Infringentes Ainda
Que no Primeiro Grau a Sentença Tenha Reconhecido a
Ilegitimidade Passiva.)*

171 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

193 Tribunal Regional Federal da 1ª Região

205 Supremo Tribunal Federal

211 Ementário Penal

Índice Alfabético e Remissivo

227 Cível/Penal

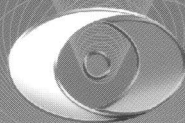
40

JAN/FEV 2011

Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover
Álvaro Villaça Azevedo
Araken de Assis
Arnaldo Rizzardo
Arnoldo Wald
Athos Gusmão Carneiro
Carlos A. Alvaro de Oliveira
Clito Fornaciari Júnior
Ênio Santarelli Zuliani
Fredie Didier Júnior
Giselda M. F. Novaes Hironaka
Humberto Theodoro Júnior
Ives Gandra da Silva Martins
João Baptista Villela
José Carlos Barbosa Moreira
José Roberto F. Gouvêa
José Rogério Cruz e Tucci
Luiz Guilherme Marinoni
Maria Berenice Dias
Pablo Stolze
Rodrigo da Cunha Pereira
Sílvio de Salvo Venosa
Voltaire Marensi

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil



magister
Editora

www.editoramagister.com

Sumário

Doutrina

1. Revogação de Antecipação de Tutela e Terceiros (em Particular, no Âmbito Societário)
Ada Pellegrini Grinover 5
2. Resolução do Contrato por Onerosidade Excessiva
Ênio Santarelli Zuliani 27
3. Execução – a Proteção ao Condômino do Executado
Clito Fornaciari Júnior 48
4. Exceção de Pré-Executividade – Sua Extinção após a Lei nº 11.382/06
Demócrito Reinaldo Filho 52

Em Evidência

1. Garantias Constitucionais da Publicidade dos Atos Processuais e da Motivação das Decisões no Projeto do CPC (Análise e Proposta)
José Rogério Cruz e Tucci 66
2. Notas sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil do Brasil (Apresentação da 46ª Edição – Vol. II)
Humberto Theodoro Júnior 77

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Embargos de Divergência. Desnecessidade de Preparo. Beneficiário da Justiça Gratuita
Rel. Min. Ricardo Lewandowski 99
2. Superior Tribunal de Justiça – Vereador. Improbidade Administrativa. Crime de Responsabilidade. Reclamação 2.138/DF. Efeitos *Inter Partes*. Inexistência de *Bis in Idem*. Legitimidade Passiva
Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima 102
3. Superior Tribunal de Justiça – Doação. Bens Adquiridos na Constância do Casamento em Regime da Separação Obrigatória. Outorga Uxória. Necessidade
Rel. Min. Vasco Della Giustina 106
4. Superior Tribunal de Justiça – Ação Civil Pública. Improbidade Administrativa. Contratação de Artistas. Inexigibilidade de Licitação
Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima 119

5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Dano Moral. Abertura de Conta Corrente por Farsante com Uso de Documentos Roubados. Entrega de Talonários. Títulos Protestados em Nome da Vítima. Responsabilidade Civil da Instituição Financeira <i>Rel. Des. Fed. Johansom Di Salvo</i>	127
6. Divergência Jurisprudencial.....	135
7. Ementário	136
8. Julgados da OAB – CF/TED	158
Sinopse Legislativa	161
Destaques dos Volumes Anteriores	162
Índice Alfabético-Remissivo	163

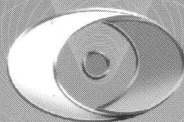
40

FEV/MAR 2011

Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover
Adeildo Nunes
Amadeu de Almeida Weinmann
Aury Lopes Júnior
Carlos Ernani Constantino
Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal
Cezar Roberto Bitencourt
Damásio E. de Jesus
Élcio Pinheiro de Castro
Fernando Capez
Fernando da Costa Tourinho Fº
Fernando de Almeida Pedroso
Geraldo Batista de Siqueira
Haroldo Caetano da Silva
José Carlos Teixeira Giorgis
José Henrique Pierangeli
Luiz Flávio Borges D'Urso
Luiz Flávio Gomes
Marcelo Roberto Ribeiro
Maurício Kuehne
Renato Marcão
René Ariel Dotti
Ronaldo Batista Pinto
Sergio Demoro Hamilton

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal



magister
Editora

www.editoramagister.com

Sumário

Doutrina

1. O Juiz das Garantias Projetado pelo Novo CPP <i>Luiz Flávio Gomes</i>	5
2. O Supremo Tribunal Federal e o Interrogatório nos Procedimentos Especiais <i>Rômulo de Andrade Moreira</i>	12
3. Prevenção <i>Versus</i> Repressão – Enfoque da Tipicidade e Adequação Típica <i>Paulo José Freire Teotônio</i>	18
4. Tóxicos – Artigo 28 da Lei de Drogas no Projeto de Lei nº 111/2010 – Pena de Detenção ou Tratamento <i>Renato Marcão</i>	30
5. Imunidades nos Crimes contra o Patrimônio <i>Fernando de Almeida Pedroso</i>	38
6. O Direito Fundamental a um Processo Penal sem Dilações Indevidas <i>Fabiano Pimentel</i>	45
7. A Testemunha de <i>Auditui</i> <i>Warley Belo</i>	49
8. Simbolismo Penal e Política de Repressão – A (In)Viabilidade da Redução da Maioridade Penal como Combate à Impunidade <i>Admaldo Cesário dos Santos</i>	51
9. Assistente de Acusação – <i>Persona non Grata</i> na <i>Persecutio Criminis</i> <i>Marcos Souza Filho</i>	64
10. Embriaguez ao Volante – Eficácia da Prova Testemunhal <i>Roger Spode Brutti</i>	71

Em Evidência

1. A Reforma do Código de Processo Penal <i>Fernando da Costa Tourinho Filho</i>	87
---	----

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Tóxicos. Tráfico. Pena. Substituição da Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos. Possibilidade <i>Rel^a Min^a Cármen Lúcia</i>	102
--	-----

2. Superior Tribunal de Justiça – Furto Qualificado. Rompimento de Obstáculo. Perícia Não Realizada. Imprescindibilidade do Laudo Pericial. Constrangimento Ilegal Evidenciado <i>Rel. Min. Gilson Dipp</i>	106
3. Superior Tribunal de Justiça – Medida Socioeducativa. Ato Infracional. Tóxicos. Internação por Prazo Indeterminado. Ilegalidade Configurada <i>Rel. Min. Jorge Mussi</i>	112
4. Superior Tribunal de Justiça – Dispensa de Licitação. Prescrição Retroativa. Extinção da Punibilidade. Ordem Concedida <i>Rel. Min. Jorge Mussi</i>	118
5. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Lei nº 11.719/08. Imposto de Renda Pessoa Física. Crime contra a Ordem Tributária. Lei nº 8.137/90. Suspensão da Pretensão Punitiva. Lei nº 10.684/03, Art. 9º. Falsidade Ideológica e Uso de Documento Falso. Arts. 299 e 304, CP. Absorção. Denúncia. Rejeição <i>Rel. Des. Fed. Tourinho Neto</i>	125
6. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Princípio da Insignificância. Descaminho/Contrabando. Exclusão para o Cálculo dos Tributos do PIS e COFINS. Consideram-se Apenas os Valores Referentes ao II e ao IPI <i>Rel. Juiz Fed. Artur César de Souza</i>	132
7. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Tóxicos. Tráfico. Pena. Causa Especial de Redução. Substituição da Pena Privativa de Liberdade. Possibilidade. Crime Não Hediondo <i>Rel. Des. Júlio Cezar Gutierrez</i>	135
8. Divergência Jurisprudencial.....	139
9. Ementário	141
Sinopse Legislativa	163
Destques dos Volumes Anteriores	164
Índice Alfabético-Remissivo	165

Revista SÍNTESE

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ANO XII — Nº 70 — MAR-ABR 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça – Nº 45/2000
Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 20/2001
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Nº 19/2010
Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Nº 07/0042596-9
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Nº 10/2007

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITORA

Simone Costa Salleti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Marcato, Araken de Assis, Arruda Alvim,
Athos Gusmão Carneiro, Ênio Santarelli Zuliani, Humberto Theodoro Jr.,
João Baptista Villela, José Carlos Barbosa Moreira, José Roberto Neves Amorim,
José Rogério Cruz e Tucci, Nehemias Domingos de Melo,
Ricardo Raboneze, Sérgio Gilberto Porto,
Sílvio de Salvo Venosa

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Antonio Carlos Marcato, Eldio Martins de Souza Junior, Ênio Santarelli Zuliani,
Frederico Oliveira Freitas, Jorge Augusto Buzetti Silvestre, José Henrique Mouta Araújo,
Luciano Marinho de Barros e Souza Filho, Magno Federici Gomes,
Paulo de Tarso Duarte Menezes, Rafael Jayme Tanure, Rony Carlos Esposito Polizello,
Sérgio Gilberto Porto, Vânia Márcia Damasceno Nogueira

Assunto Especial

DEFENSORIA PÚBLICA

DOCTRINAS

1. Legitimidade da Defensoria Pública na Ação Civil Pública: Análise Frente ao Texto da Lei Complementar nº 132/2009 e do Projeto da Nova Lei da Ação Civil Pública
Rony Carlos Esposto Polizello 7
2. A Nova Defensoria Pública e o Direito Fundamental de Acesso à Justiça em uma Neo-Hermenêutica da Hipossuficiência
Vânia Márcia Damasceno Nogueira..... 25
3. Pelo Fim da *Aberratio* Nominada Defensoria Pública
Rafael Jayme Tanure..... 45
4. A Defensoria Pública
Eldio Martins de Souza Junior 47

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ) 55
2. Ementário 65

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Regência Constitucional do Processo Civil Brasileiro e a Posição do Projeto de um Novo Código de Processo Civil
Sérgio Gilberto Porto..... 71
2. Resolução do Contrato por Onerosidade Excessiva
Ênio Santarelli Zuliani 85
3. Julgamento de Plano de Causas Repetitivas
Antonio Carlos Marcato 104
4. O Conceito de Sentença e o Projeto do Novo CPC
José Henrique Mouta Araújo 110
5. Anotações sobre o “Direito Líquido e Certo” na Doutrina do Mandado de Segurança
Paulo de Tarso Duarte Menezes..... 116
6. A Flexibilização da Prova Emprestada
Jorge Augusto Buzetti Silvestre 124

7. Os Dilemas das Lacunas no Direito Magno Federici Gomes e Frederico Oliveira Freitas	137
---	-----

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça	156
2. Superior Tribunal de Justiça	166
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	175
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	180
5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	186
6. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	192
7. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	197

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial	200
--	-----

Seção Especial

COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. Por uma Interpretação Ontológico-Sistemática do Artigo 219 do Código de Processo Civil – CPC Luciano Marinho de Barros e Souza Filho	234
---	-----

Clipping Jurídico	237
--------------------------------	------------

Resenha Legislativa.....	242
---------------------------------	------------

Bibliografia Complementar	243
--	------------

Índice Alfabético e Remissivo	244
--	------------

Normas Editoriais para Envio de Artigos	248
--	------------

Revista SÍNTESE

DIREITO DE FAMÍLIA

ANO XII — Nº 65 — ABR-MAIO 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA
Superior Tribunal de Justiça — Nº 46/2000

DIRETOR

Elton José Donato

DIRETORA EDITORIAL

Maria Liliانا C. V. Polido

EDITORA

Simone Costa Saletti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Villaça Azevedo, João Baptista Villela, José Roberto Neves Amorim,
Priscila M. P. Correa da Fonseca, Sergio Matheus Garcez, Sergio Resende de Barros

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Carlos Eduardo de Castro Palermo, Denise Damo Comel, Julio Pinheiro Faro,
Laura Affonso da Costa Levy, Marcio Rodrigo Delfim, Mario de Carvalho Camargo Neto,
Mauro Nicolau Júnior, Pedro Lino de Carvalho Júnior, Rafael José Nadim de Lazari

Assunto Especial**INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL****DOCTRINAS**

1. As Implicações Jurídicas Decorrentes da Inseminação Artificial Homóloga *Post Mortem*
Marcio Rodrigo Delfim..... 7
2. Inseminação Artificial *Post Mortem* e a Reflexão Constitucional
Laura Affonso da Costa Levy 21
3. Inseminação Artificial, Clonagem do Ser Humano e Sexualidade – Os Efeitos Produzidos na Família, do Presente e do Futuro
Mauro Nicolau Júnior 46

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (TJSP)..... 89
2. Ementário..... 95

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. A Sucessão do Companheiro
Julio Pinheiro Faro..... 99
2. Considerações sobre o Protesto Extrajudicial de Dívidas Alimentícias
Carlos Eduardo de Castro Palermo 115
3. Alteração de Sobrenome dos Pais no Registro Civil de Nascimento – Projeto de Lei nº 7.752, de 13 de Agosto de 2010
Mario de Carvalho Camargo Neto..... 124

JURISPRUDÊNCIA**ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Superior Tribunal de Justiça 129
2. Superior Tribunal de Justiça 134
3. Superior Tribunal de Justiça 144
4. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios..... 151
5. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro..... 160
6. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul..... 163

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência..... 169

Seção Especial

COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. Da Solidariedade da Obrigação Alimentar em Favor do Idoso
Pedro Lino de Carvalho Júnior 200

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Da Impossibilidade da Relativização da Coisa Julgada Frente à
Prova Técnica Que Se Torna Possível: uma Análise da Mudança de
Paradigma do STJ
Rafael José Nadim de Lazari 212

EM POUCAS PALAVRAS

1. Separação Judicial: entre a Cruz e a Espada!
Denise Damo Comel 220

Clipping Jurídico 222

Resenha Legislativa 225

Bibliografia Complementar 226

Índice Alfabético e Remissivo 227

Normas Editoriais para Envio de Artigos 231

Revista SÍNTESE

Direito Empresarial

ANO III — Nº 19 — MARÇO/ABRIL 2011

DIRETOR

Elton José Donato

DIRETORA EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITORIA

Herica Eduarda Geromel Vasques

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Flores Rosa	Gilberto Stürmer
Alexandre Priess	Giuseppe Vettori
Anderson Vichinkeski Teixeira	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Arnoldo Wald	Ives Gandra Martins
Caleb Salomão Pereira	João Glicério de Oliveira Filho
Cesar Roberto Bittencourt	José Augusto Delgado
Daniel Ustárroz (Coordenador)	José Tadeu Neves Xavier
Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo	Mariângela Guerreiro Milhoranza
Éderson Garin Porto	Raúl Cervini
Eliane Maria Octaviano Martins	Ricardo Lobo Torres
Euclides Rosa Filho	Ruy Rosado de Aguiar Junior
Fábio Ulhoa Coelho	Vera Maria Jacob de Fradera
Francisco Xavier Amaral	

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alberto Flores Rosa, Antonio Raimundo Pereira Neto, Daniel Ustárroz, Denis Borges Barbosa, Eliane M. Octaviano Martins, Humberto Theodoro Júnior, João Glicério de Oliveira Filho, José Aldízio Pereira Jr., Keila Chagas Cabrera, Manoela Barbosa Machado, Marcelo Terra Reis, Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas, Pedro Alfonso Labariega Villanueva, Tanise Eliane Rigo, Tiago Bitencourt de David

Assunto Especial**CONTRATO DE PATROCÍNIO****DOCTRINAS**

1. O Contrato de Patrocínio no Direito Brasileiro (e o Dever de Coerência na Sua Execução)
Daniel Ustárroz 7
2. O Contrato de Patrocínio
Pedro Alfonso Labariega Villanueva 35
3. Nota sobre o Contrato de Patrocínio
Denis Borges Barbosa 60
4. Patrocínio e Doação
Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas 62

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (TJSP) 66
2. Ementário 70

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. O Mandado de Segurança Coletivo em Cotejo com as Ações Coletivas Constitucionais
Humberto Theodoro Júnior 75
2. A Exigência da Outorga Conjugal na Prestação do Aval:
Discussões sobre o Tema
Marcelo Terra Reis 95
3. A Presunção de Ocorrência do Dano Moral na Apresentação Antecipada do Cheque Pós-Datado
João Glicério de Oliveira Filho e Manoela Barbosa Machado 108
4. As Sociedades de Fato ou Irregulares Brasileiras em uma Análise com o Direito Comparado Argentino
Antonio Raimundo Pereira Neto 126
5. Incoterms® 2010: as Novas Regras da International Chamber of Commerce (ICC) para a Interpretação dos Termos de Comércio nos Contratos de Compra e Venda de Mercadorias
Eliane M. Octaviano Martins 136

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal	145
2. Superior Tribunal de Justiça	148
3. Superior Tribunal de Justiça	156
4. Superior Tribunal de Justiça	160
5. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	175

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência.....	187
-------------------------------------	-----

Seção Especial

ACONTECE

1. A Polêmica Inconstitucionalidade do FAP José Aldízio Pereira Jr.....	217
--	-----

CONTRATO

1. Termo de Confidencialidade para Envio de Amostra de Produtos Alberto Flores Rosa, Keila Chagas Cabrera e Tanise Eliane Rigo	222
--	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Comentários ao Julgamento do Recurso Especial nº 907.655/ES Acerca da Possibilidade de Descumprimento Contratual em Relação de Consumo Gerar Dano Moral (Extrapatrimonial) Indenizável Tiago Bitencourt de David	226
---	-----

Clipping Jurídico.....	237
-------------------------------	------------

Resenha Complementar.....	240
----------------------------------	------------

Bibliografia Complementar.....	241
---------------------------------------	------------

Índice Alfabético e Remissivo.....	242
---	------------

Normas Editoriais para Envio de Artigos.....	247
---	------------

REVISTA

TRIBUTÁRIA

E DE FINANÇAS PÚBLICAS

R Trib

ANO 19 • 97 • MARÇO-ABRIL • 2011

COORDENAÇÃO:

EDVALDO PEREIRA DE BRITO

PUBLICAÇÃO OFICIAL



Academia Brasileira
de Direito Tributário

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Normas gerais de Direito Tributário. Solidariedade e federalismo
ERNANI CONTIPELLI 13
2. Tributos com efeitos de confisco. Casos de paradoxos desenfreados pela doutrina
OCTAVIANO PADOVESE DE ARRUDA..... 23
3. Função social do tributo no Brasil: uma imposição constitucional
SERGIO RICARDO FERREIRA MOTA 49

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

1. Restos a pagar. Orçamento. Lei de Responsabilidade Fiscal e seu art. 42
AUSTEN S. OLIVEIRA 67
2. Depósito judicial de tributo municipal: a disciplina da Lei 10.819/2003 e a sua constitucionalidade
EMERSON VIEIRA REIS..... 99

TRIBUTOS

1. ISS e o serviço dos Provedores de Acesso à Internet
CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS..... 135
2. A problemática da restituição do ICMS substituição tributária nos casos em que o fato gerador presumido não se realiza conforme estabelecido
DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA JÚNIOR E MARCIONILIA COELHO GUIMARÃES..... 159
3. Anotações sobre a isenção da Cofins concedida pela LC 70/1991 às sociedades cooperativas e sua revogação pelas MedProv 1.858/1999 e 2.158-33/2001
LUIZ GUSTAVO SANTANA DE CARVALHO..... 173
4. O Convênio ICMS 130/2007 e a transferência interestadual de bens importados sob o Repetro
TIAGO SEVERINI..... 185

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1. A vulnerabilidade do contribuinte no redirecionamento das execuções fiscais
ALEXANDRE ANTÔNIO NOGUEIRA DE SOUZA 201

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

1. A cisão empresarial como estratégia societária e planejamento tributário para maximização de lucros
ANDRÉ KOLLER DI FRANCESCO LONGO E KEILA CRISTINA DA ROSA 247

DIREITO INTERNACIONAL E COMPARADO

1. Consentimento ao imposto: do positivismo à desumanização. Uma análise de direito comparado
JOÃO RICARDO CATARINO E LUCIANO GOMES FILIPPO 265
2. Alguns Aspectos sobre a Remuneração do Estrangeiro no Brasil, Alguns Tipos de Vistos e Acordos Internacionais para Evitar a Dupla Tributação
SAINT-CLAIR SIMAS PINHEIRO 295

PARECER

1. Política municipal de incentivos fiscais e financeiros – Limites da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal – Autonomia financeira, administrativa e política das unidades federativas
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS 307

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

1. Acórdãos

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- AGRAVO REGIMENTAL – Interposição contra negativa de seguimento de recurso extraordinário que tinha como base medida cautelar concedida em sede de ação direta de inconstitucionalidade – Resenha por DANIEL WILLIAN GRANADO 341
- ICMS – Importação – Sujeito ativo – Legitimidade de cobrança do tributo – Resenha por EDUARDO DIAMANTINO BONFIM E SILVA 345

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PRESCRIÇÃO – Repetição do indébito – Taxa de licenciamento de importação – Tributo sujeito a lançamento por homologação – Resenha por ERNANI CONTIPELLI..... 349
- COISA JULGADA – Ofensa – Crédito tributário – ISS – Construção civil – Embargos à execução fiscal – Pretensão do embargante de renovar litígio que já foi objeto de definitiva resolução em ação anulatória – Resenha por EDUARDO ARRUDA ALVIM 373
- ICMS – Serviços de elaboração e comercialização de óculos de grau personalizados – Resenha por EDUARDO DIAMANTINO BONFIM E SILVA..... 386
- CONTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Indenização devido à ausência de aviso prévio – Resenha por MARCELO CAMPOS 397

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.^a REGIÃO

- SONEGAÇÃO FISCAL – Supressão ou redução de tributos – Prestações de informações falsas e tentativa de dificultar a apuração fiscal que foram devidamente demonstrados • SONEGAÇÃO FISCAL – Supressão ou redução de tributos – Pena – Diminuição de valor da multa e da pena-base – Resenha por ANTÔNIO CELSO NOGUEIRA LEIRIA 411
- TRIBUTO – Prescrição – Ampliação de prazo – Utilização de protesto judicial para mudança de prazo que não encontra previsão no Código Tributário Nacional – Resenha por DANIEL WILLIAN GRANADO 419

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.^a REGIÃO

- AÇÃO RESCISÓRIA – Carência de ação – Dedução discutida que extrapola as questões decididas na ação originária • AÇÃO RESCISÓRIA – Violação literal à lei – Ampliação da base de cálculo para cobrança da Cofins que foi considerada incidentalmente inconstitucional pela Suprema Corte, desautorizando decisão contrária da ação originária – Resenha por EDUARDO ARRUDA ALVIM 423
- AGRAVO – Interposição contra decisão monocrática que exclui a responsabilidade fiscal dos sócios por inadimplemento do pagamento do FGTS de seus empregados – Resenha por MARCELO CAMPOS..... 434

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- EXECUÇÃO FISCAL – Prescrição intercorrente – Decretação *ex officio* – Resenha por MARCELO CAMPOS 441
- ICMS – Apreensão de mercadorias – Retenção dos produtos por tempo superior ao necessário à autuação – Resenha por MARCELO CAMPOS 447

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Suspensão da exigibilidade – Resenha por ANDRÉ KOLLER DI FRANCESCO LONGO 453
- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – Fato gerador e base de cálculo atrelados ao valor total da obra e não a sua relativa valorização – Resenha por ANDRÉ KOLLER DI FRANCESCO LONGO 465

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 475